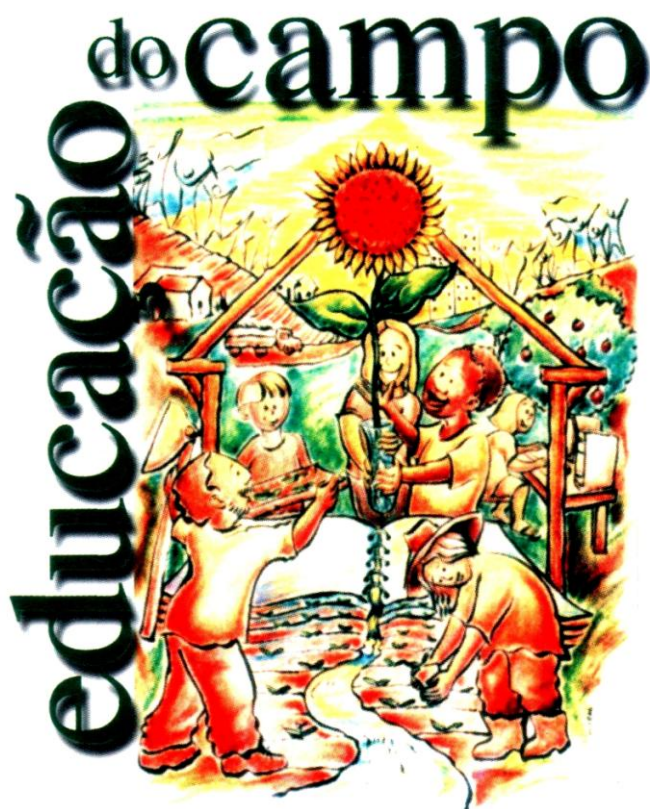


Projeto Popular e Escolas do Campo



Por uma educação básica do campo

César Benjamin
Roseli Salete Caldart

Projeto popular e escolas do campo / César Benjamin e Roseli Salette Caldart. - Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 2000. Coleção Por uma Educação Básica do campo, n° 3.

COLEÇÃO POR UMA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO

- 1 -Por uma educação básica do campo (memória)
- 2 -A educação básica e o movimento social do campo
- 3 -Projeto popular e escolas do campo

Projeto Popular e Escolas do Campo

Direitos Autorais cedidos pelos autores à:
"Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo"

Secretariado Geral:
SCS Qd 06 Edifício Vilares salas 211/212
70032-000-Brasília-DF
Telefones (0xx61) 322 5035
Fax (0xx61) 225 1026
e-mail. mstdf@zaz.com.br

Coordenação da Articulação Nacional Por uma Educação

Básica do Campo

Representantes de:

UNICEF

UnB

UNESCO

MST

CNBB

Desenho da capa: Irmão Anderson Pereira Editoração eletrônica: Zenaide Busanello Capa: Zap Design

Apoio desta edição: Prêmio ITAÚ - UNICEF -1999

2ª Edição: Setembro 2001

Os textos são de inteira responsabilidade de seus autores

Sumário

Apresentação.....	6
Primeira Parte.....	9
Um projeto popular para o Brasil.....	9
Introdução	10
1. Esse projeto é necessário?.....	14
2. Esse projeto é viável?.....	16
3. Princípios organizadores de um projeto popular para o Brasil.....	17
4. Projeto Popular e luta política no Brasil atual	18
5. Uma nova esperança	21
6. Para o aprofundamento da discussão atual sobre um projeto popular para o Brasil é importante ler também:	22
Segunda Parte.....	23
A escola do campo em movimento	23
Introdução	24
1. O MST e a escola ²	25
2. Lições da caminhada	35
3. Seguindo em frente	47
Anexo I	49
Carta dos sem terrinha ao MST.....	49
Anexo II	50
Manifesto das educadoras e dos	50
educadores da Reforma Agrária.....	50
ao povo brasileiro.....	50
Anexo III.....	52
Entidades promotoras.....	52

Apresentação

A "*Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo*" sente-se honrada em publicar este volume com os trabalhos de Roseli Salette Caldart e César Benjamin. Agradecemos a ambos por terem prontamente acolhido nosso pedido e, como os leitores, vão comprovar, pela qualidade dos textos apresentados.

A mobilização em prol de uma Educação Básica do Campo foi iniciada em 1998 e dali em diante já aconteceram diversas iniciativas locais e nacionais, de pessoas e grupos. Além de felicitar a todos, agradecemos as informações, notícias, relatos de experiências, textos de reflexão, que vem enriquecendo o processo, alimentando a esperança e motivando ações concretas.

Este terceiro volume da coleção tem por objetivo dar continuidade à reflexão e ao debate sobre a Educação Básica do Campo, que mais sistematicamente vem sendo articulados, no Brasil, desde 1998. Visamos aqui, de modo especial, refletir num primeiro momento sobre *Um Projeto Popular para o Brasil* que nosso povo deseja construir e, num segundo momento, refletir *sobre as escolas do campo* e como elas se inserem na dinâmica das lutas pela implementação deste projeto.

César Benjamin estimula a nossa reflexão sobre o projeto popular de Brasil, comentando cada um dos termos da proposta, portanto: "Projeto", "Popular" e "Brasil". Em seguida questiona se o referido projeto *é necessário e viável*. Analisa a necessidade de *alguns princípios* a serem seguidos, assim como de *mudança na política* dominante para tornar possível o projeto proposto.

Roseli Caldart situa a experiência concreta do MST neste contexto de luta por um Projeto Popular de Brasil, e nele do Campo. O ângulo específico de sua reflexão é a caminhada da educação do campo.

Na verdade, afirma César Benjamin, "o povo brasileiro — que se esforça, que se vira, que cultiva o chão, que constrói, que conserta, que busca trabalho país afora, que reaprende todos os dias a sobreviver, que insiste em estudar — o povo brasileiro é quem conhece bem o Brasil. Tem consciência da força, do potencial e da viabilidade do país. É no povo que estão nossas reservas humanas mais importantes — de disposição para o trabalho e para enfrentar dificuldades, de solidariedade, de potencial criador, de autenticidade, de valores e de alegria".

Mas a realidade mostra que o povo vem sendo ludibriado sistematicamente pelas elites que governam o Brasil e que tem nas mãos as imensas riquezas deste gigante. E o povo vem recebendo de modo massivo "em vez de cultura, vulgaridade; em vez de interação humana, isolamento; em vez de estímulo à iniciativa, passividade; em vez de esperança, cinismo; em vez de cidadania, consumo; em vez de responsabilidade, esperteza. Em vez de "Pixinguinha", "É o Tchan"; em vez de "Machado de Assis", "auto-ajuda". Em vez de valorizar as pessoas, invejar as mercadorias..."

E mais ainda "na política, pedem que nos orgulhemos de uma democracia sem cidadania, sem participação, impotente para alterar injustiças flagrantes; os marqueteiros e o poder econômico ganham eleições, enquanto os políticos se dedicam a governar a si próprios. Na economia, pedem que comemoremos a segunda década perdida, o crescimento zero em 1999, um desemprego de 20%, um "ajuste fiscal" construído com o corte dos salários e dos serviços essenciais, uma enxurrada de capital estrangeiro que vem aqui para ganhar juros de agiota ou comprar um país barato".

E César Benjamin conclui: "É o Brasil que nos mostram. O Brasil verdadeiro, no entanto, continua cheio de potencialidades. Tem uma população jovem, com presença marcante de pessoas habituadas à produção moderna. Técnicos, em todas as profissões, em bom número. Grande mercado interno ainda inexplorado. Um parque industrial articulado e quase completo. Agricultura capaz de responder com rapidez a estímulos adequados. Vasto espaço geográfico, recheado de terra fértil e de recursos. Instituições científicas de boa tradição. Imensa capacidade de criação cultural. Posição de liderança no continente em que está. Inviável é o modelo das elites, não o Brasil.

Apesar das enormes limitações ao avanço da prática democrática no nível das instituições formais, nossa história nos legou uma sociedade vocacionada para o belo destino de construir uma cultura de síntese, com fortes raízes, mas aberta a influências, propensa ao pluralismo, à mudança e à modernidade.

A maior força do Brasil é seu povo novo. A maior fraqueza é que *esse* povo ainda não se organizou com autonomia, de modo a controlar seu próprio destino. O projeto popular pretende dar esse passo, abrindo uma fase histórica nova".

Por sua vez Roseli Caldart diz que há no Brasil uma importante mobilização organizada do povo do campo, com o objetivo claro de se conseguir um modelo democrático e popular de Reforma Agrária no Brasil com uma justa Política Agrícola. Uma mobilização que está dentro de uma outra mais ampla e abrangente que é o modelo democrático e popular de Brasil. E nesta mobilização ocupa lugar de destaque a educação, uma educação nova, que leva em conta o Brasil e o campo que o povo quer.

Existe, de fato, uma nova prática de escola que está sendo gestada neste movimento. As educadoras e os educadores do campo vem participando intensamente do processo de transformação que nele vem acontecendo e estão convencidos de que é preciso aprender a potencializar mais os elementos presentes nas diversas experiências, e transformá-los em "um movimento consciente de construção das escolas do campo como escolas que ajudem no processo mais amplo de humanização, e de reafirmação dos povos do campo como sujeitos de seu próprio destino, de sua própria história".

O texto de Roseli, a partir da ótica específica da educação, na qual a escola do campo ocupa espaço privilegiado, tem por finalidade contribuir nos desdobramentos da proposta da luta por um Projeto Popular de Brasil. Ele trata das seguintes questões: que escola está sendo produzida pelo movimento social do campo em nosso país? qual o lugar da escola na dinâmica de organizações e movimentos que participam da luta por um novo projeto de desenvolvimento do campo?

"Nossa reflexão, diz Roseli, é realizada a partir de uma experiência particular, que é a do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, um dos sujeitos sociais que vêm pondo o campo em movimento, através da sua luta incansável para que se realize a Reforma Agrária no Brasil. Embora limitada, pensamos que a experiência da relação que historicamente o MST estabeleceu com a escola, pode trazer alguns elementos importantes para este diálogo, que continua". O texto aponta dez lições principais da caminhada do MST em sua relação com a escola, refle-tindo-as desde o ponto de vista do debate que estamos fazendo em torno das Escolas do Campo.

Na esperança de que este volume seja mais uma ferramenta em nossa mobilização nacional *"Por uma Educação Básica do Campo"* que leva em seu bojo uma luta bem maior que é por um Projeto Popular de Brasil e, obviamente, do Campo, aguardamos as reações dos leitores e também relatos de suas experiências de caminhada, que poderão alimentar nossa coleção, com fatos, depoimentos e fotos.

Irmão Israel José Nery, FSC
p/Articulação Nacional
Por uma Educação Básica do Campo

Brasília, dezembro de 1999

Primeira Parte

César Benjamin

Um projeto popular para o Brasil

Um projeto popular para o Brasil

César Benjamin¹

Introdução

Ao contrário das aparências, o título deste texto não é óbvio. Quando juntamos essas três palavras simples — "projeto", "popular" e "Brasil" —, estamos adotando um ponto de vista que remete, pelo menos, a três questões iniciais bastante polêmicas.

Projeto

A primeira questão que desejamos tratar é se *nossa sociedade necessita mesmo de um "projeto"*.

O pensamento hoje predominante, chamado neoli-beral, afirma que não. Ele diz que a construção do futuro deve ser comandada por um mecanismo considerado automático, impessoal e neutro — o mercado —, definido por suas regras e não pelos efeitos que deverá produzir. No mercado, segundo essa visão, se encontram incontáveis agentes econômicos que compram e vendem bens e serviços uns para os outros, sem que ninguém controle o processo e possa prever seu resultado. Por isso, os neoliberais são hostis à idéia de um "projeto". Querem que o Estado cuide apenas de que as regras funcionem bem (daí a idéia de um "Estado mínimo"). A sociedade não deve estabelecer metas, nem construir instituições voltadas para atingi-las, pois isso resulta em interferir no funcionamento da "mão invisível" do mercado, que deve sempre prevalecer.

Nós, ao contrário, como diz o título do texto, defendemos a construção de um projeto. Achamos que, em cada momento, a sociedade deve definir conscientemente seus objetivos mais importantes e organizar-se para atingi-los. Afinal, a principal característica do ser humano, em oposição a todas as outras espécies, é exatamente sua capacidade de imaginar o futuro e agir para construí-lo. Ninguém começa a levantar uma parede se não tiver no papel, ou pelo menos na cabeça, a imagem da casa que quer fazer. Uma casa, uma plantação, uma bicicleta, uma roupa, um livro, um clube, uma escola, uma cooperativa, antes de existirem na realidade, existiram como uma idéia, um projeto. O projeto organiza e direciona o esforço criativo das pessoas.

¹ Membro da Comissão Nacional da Consulta Popular.

A posição dos neoliberais seria ridícula e insustentável se, de fato, pretendesse eliminar essa característica essencial da existência humana. Mas, observando-se tudo mais de perto, verifica-se que o que eles defendem não é bem isso. São contra que as sociedades tenham projetos, estabeleçam metas e se organizem para atingi-las, mas apóiam firmemente que as empresas capitalistas atuem dessa forma. Afinal, uma empresa desorganizada, que não defina suas estratégias e não saiba onde quer chegar, não tem chances de sobreviver no mercado. No âmbito interno das empresas privadas, os neo-liberais defendem a máxima organização, a hierarquia e o esforço consciente para perseguir objetivos claros. Daí a importância que dão a formar bons administradores, engenheiros de produção, chefes e capatazes.

Assim, não é verdade que os neoliberais sejam contra toda e qualquer construção consciente do futuro, na forma de projetos. O que eles defendem é uma sociedade em que só os capitalistas possam, legitimamente, definir suas metas (que se resumem a uma só: ganhar mais dinheiro) e construir suas instituições (as empresas) capazes de atingi-las. Se os agentes sociais não capitalistas também organizam projetos claros (escola para todos, segurança alimentar ou direito ao trabalho, por exemplo) e criam instituições fortes para levá-los adiante (entidade públicas, sindicatos, movimentos), isso atrapalha as metas dos capitalistas.

Desde logo, fica claro, portanto, o seguinte: nós defendemos que a sociedade, como um todo, deve construir um projeto que organize o uso de sua capacidade criativa e produtiva, tendo em vista atingir um futuro desejado. Os neoliberais defendem que só os capitalistas devem ter *esse* direito.

Essa diferença se expressa também no debate sobre a distribuição do poder. As instituições necessárias para levar adiante um projeto da maioria devem ser, por natureza, públicas, coletivas e democráticas. As instituições dos capitalistas são privadas e autoritárias. Dependendo da proposta vitoriosa, um ou outro tipo de instituição prevalece na organização da nossa vida em comum.

Popular

Vamos à segunda questão embutida no título deste texto: *por que esse projeto deve ser "popular"?*

Imaginemos uma situação absurda: todos os latifundiários resolvem subitamente deixar o Brasil. Embarcam numa frota de navios e vão embora. Tentemos responder à seguinte pergunta: poderia a nossa sociedade viver sem eles?

Voemos mais alto em nosso delírio. Imaginemos que uma frota um pouco maior levasse também os banqueiros, ou os especuladores do mercado financeiro, ou os que vivem de altas rendas, de comissões e intermediações. Poderia o Brasil viver sem eles?

Por intuição, podemos responder, com segurança, que sim. Devidamente reorganizada, nossa sociedade viveria muito bem sem a presença desses grupos sociais.

Imaginemos agora outra situação, igualmente absurda. A frota de navios deixa aqui os latifundiários e leva embora os trabalhadores rurais, aqueles que lavram a terra. Poderia a nossa sociedade viver sem eles?

De novo, vamos generalizar um pouco. E se desaparecem, por exemplo, todos os

mecânicos? Ou os professores, os faxineiros, os médicos, os motoristas, os engenheiros, os operários têxteis, os artistas? Poderia a sociedade continuar a funcionar?

Desta vez, ainda por intuição, respondemos que não. Quem plantaria o nosso alimento? Quem consertaria as máquinas? Quem garantiria a transmissão do conhecimento para as novas gerações? E a limpeza, o cuidado com os doentes, os transportes, a construção de prédios e pontes, a fabricação das roupas, a criação de livros e músicas — quem cuidaria dessas atividades essenciais?

A diferença entre esses dois grande grupos — latifundiários, especuladores, capitalistas e banqueiros, *de um lado*; agricultores, mecânicos, médicos, professores, artistas, etc, *de outro* — é que o primeiro grupo, que é minoria, existe porque comanda o trabalho dos demais; o segundo grupo, que é maioria, vive, ele mesmo, dentro do mundo do trabalho. Esse comando, a que nos referimos, decorre do controle dos meios de produção: os latifundiários controlam a terra; os capitalistas, os instrumentos de trabalho; os banqueiros, os recursos financeiros; e assim por diante. Por isso, eles comandam a vida de todos os que, para trabalhar, precisam ter acesso a terra, instrumentos e recursos.

Estabelecem-se relações de poder: se uns comandam, outros são comandados. Com a minoria no poder, a sociedade não pode organizar-se em torno do princípio da solidariedade, mas da desigualdade e da hierarquia, que frequentemente descamba para a exclusão e a repressão.

Além disso, os capitalistas nunca estão satisfeitos com o que têm. Querem sempre acumular mais. Sua sede de riqueza não tem nada a ver com suas próprias necessidades como seres humanos, ou com as necessidades de suas famílias, nem com o valor de uso das coisas (para a vida de qualquer pessoa, que diferença há entre ter R\$ 10 milhões ou R\$ 50 milhões na conta bancária?). Essa ganância, essa necessidade de ter sempre mais, provoca uma tendência a concentração, em poucas mãos, da riqueza produzida pela sociedade: se uns têm muito, muitos terão pouco.

Os grupos que vivem no mundo do trabalho e da cultura, ao contrário, podem estabelecer entre *si* relações de solidariedade, pois suas atividades são úteis, necessárias e complementares: o agricultor planta o alimento que o professor come; o professor ensina o filho do mestre-de-obras a ler e escrever; o mestre-de-obras constrói uma fábrica, onde os metalúrgicos produzem o trator de que o agricultor necessita — e assim por diante. Todos juntos, eles formam o povo trabalhador.

O povo também quer ganhar mais dinheiro e melhorar de vida, mas dentro de uma escala humana, ligada ao valor de uso das coisas. Quer uma comida mais farta e de melhor qualidade, uma casa mais espaçosa, um cobertor para o inverno, uma bola de futebol para o jogo do fim de semana, e assim por diante. Quem valoriza o uso das coisas não precisa gastar sua vida acumulando gulosamente cada vez mais riqueza, retirando a oportunidade dos outros (ninguém precisa "acumular" um número cada vez maior de bolas de futebol...). Além disso, o povo sabe que as melhoras no seu padrão de vida não vêm de repente, numa jogada de negócios. Elas dependem do trabalho.

Quando dizemos que o *nosso projeto é popular*, queremos dizer que ele pretende organizar a sociedade em torno dos interesses, do potencial humano e dos valores dos grupos

sociais que vivem do trabalho e da cultura, que, como vimos, são a imensa maioria. Só assim a solidariedade, em vez do egoísmo, pode passar a ser o princípio organizador da nossa vida em comum.

Brasil

Chegamos à terceira questão que nosso título coloca. Nele, falamos de "*um projeto popular para o Brasil*" Qual o sentido do destaque dado ao Brasil? Muitos companheiros se perguntam: não somos internacionalistas? Que diferença há entre um ser humano nascido aqui, na Austrália ou na Nigéria?

Em termos de sua dignidade, de sua capacidade, de seu potencial criador e de seus direitos, não há diferença nenhuma. Somos irmãos. Queremos um mundo organizado para todos. Mas a luta por *esse* mundo é um processo histórico longo, que exige não apenas a mobilização de indivíduos, mas de coletividades.

Os seres humanos se organizam em diferentes tipos de coletividades, ou comunidades, de todos os tamanhos, objetivos e regras. Podemos definir uma infinidade delas, conforme os critérios que queiramos adotar. Meus vizinhos formam uma comunidade, assim como os habitantes do meu bairro, da minha cidade, ou do meu estado; os latino-americanos também podem ser pensados como uma comunidade, que aliás pode ser ampliada um pouco, incluindo-se portugueses e espanhóis, para abranger os ibero-americanos. Também podemos pensar infinitas comunidades de outros tipos (os operários metalúrgicos, os católicos, os idosos, os vegetarianos, os sofreadores que torcem pelo Grémio) e até mesmo as mais gerais (os seres humanos, os seres vivos). Do ponto de vista do respeito aos direitos, devemos levar em conta até mesmo comunidades que não existem, como, por exemplo, a dos que ainda vão nascer.

O projeto popular propõe uma reorganização profunda da sociedade. É obra de muita gente junta, disposta a lutar por um ideal de justiça. Surge então a pergunta: que comunidades são capazes de produzir essa reorganização? Nem todas. Vejamos alguns exemplos. A comunidade dos meus vizinhos, ou dos habitantes da minha cidade, é pequena demais para isso. Sua capacidade de organização e de luta não dá conta da tarefa de produzir uma mudança desse porte. A comunidade dos católicos exclui milhões de pessoas igualmente interessadas na mudança, e cuja participação é imprescindível. A comunidade de todos os seres humanos, por sua vez, é grande demais e, neste momento histórico, está muito marcada por divisões de todo tipo, que têm raízes antigas e profundas. Infelizmente, não é viável esperar uma mudança que dependa de mobilizarmos, em uma mesma direção e em um mesmo momento, os seres humanos do mundo inteiro.

Precisamos encontrar uma comunidade suficientemente grande, para ser capaz de produzir mudanças históricas profundas; suficientemente manejável, para que a proposta das mudanças organize uma ação política eficaz, que impulse um processo real, e não fique restrita a belos discursos; suficientemente evidente, para que seus integrantes percebam com clareza que compartilham um mesmo destino e têm objetivos comuns; suficientemente sólida, para que não desmorone diante das dificuldades inerentes ao processo de mudança.

Essas comunidades existem. Em nosso caso, a comunidade é o Brasil. Nosso projeto só é viável porque existe o povo brasileiro, uma imensa massa humana que se considera unida por uma história, uma herança cultural, uma língua, um espaço geográfico, instituições

políticas, problemas e potencialidades comuns. Reconhecendo claramente que está ligada pelo passado e pelo futuro, essa massa humana pode, de fato, SC juntar e se colocar em movimento para atingir objetivos ousados (a idéia de que cada um de nós também compartilha o mesmo destino de um australiano, embora não deixe de ser verdadeira, é muito abstrata para a grande maioria das pessoas).

Se quisermos, de um lado, mudar as realidades locais e, de outro, influir no futuro da humanidade, então temos de mudar o Brasil. Dando as mãos, é claro, aos australianos que lutam para mudar a Austrália, aos nigerianos que querem mudar a Nigéria e, antes de tudo, aos nossos vizinhos latino-americanos, cujas raízes históricas, cuja geografia e cujo destino imediato estão mais perto de nós.

1. Esse projeto é necessário?

Por tudo o que vimos, parece justo que a sociedade deve ter um projeto, ou seja, uma imagem do futuro que deseja construir e uma idéia do caminho que deve trilhar. Que *esse* projeto deve ser popular, ou seja, conduzido pelos grupos sociais que vivem do trabalho e da cultura. E que seu espaço preferencial de formulação e de ação política é o Brasil. Um projeto popular para o Brasil.

Mas, isso não esgota as perguntas. Logo aparecem mais duas. A primeira: *esse projeto popular é necessário?*

Sim, mais do que nunca. *O Brasil está em crise*: a economia está estagnada; a agricultura familiar, falida; o desemprego, imenso; a violência, crescente; as zonas rurais, esvaziadas; as cidades, inchadas; as periferias, em guerra; os idosos, humilhados; pais e mães de família, sem sossego; a juventude, sem perspectivas; os serviços essenciais, como educação e saúde, cada vez piores; a cultura, entregue a "leões", "ratinhos" e similares.

Hoje, e cada vez mais, a maioria dos brasileiros vive com medo da própria vida. Estarei empregado amanhã? O preço do aluguel vai subir? Serei assaltado? Haverá comida na mesa? Meu filho e minha filha terão oportunidades na vida? Pagarei a prestação deste mês? Se ficar doente, onde encontrarei tratamento? Como será minha velhice? O Estado e a lei me protegem? Que direitos tenho, de fato?

São perguntas que todos fazem a si mesmos, numa sociedade que dissemina a insegurança e a incerteza. Todos sabem que algo precisa ser feito para mudar essa vida, mas não sabem o quê. Por isso o Brasil está em crise: precisa mudar e não sabe como mudar, ou para onde mudar.

Não é uma crise simples, de natureza apenas econômica. É uma crise que questiona o nosso destino. Se prestarmos atenção ao discurso das elites, veremos que elas estão dizendo, todo o tempo, que o Brasil não tem mais sentido: nosso povo, nossa língua, nossa cultura, nossos produtos são de segunda categoria. Por isso, elas dizem que estão "globalizadas".

Acham que não vale mais a pena continuar a construir uma nação. O próprio presidente da República tem-se referido ao Brasil como um "mercado emergente", como se não fôssemos mais um país. A expressão não é inocente: mercado é lugar de competição, onde ganham os mais fortes.

Os ricos, cada vez mais ricos, adotam padrões culturais e de consumo importados de outros países. Desligam cada vez mais seu padrão de vida, seus valores e seu próprio destino, dos padrões, valores e destino do país como um todo. A maioria do povo fica condenada a uma vida sem perspectivas. No curto prazo, isso aumenta o sentimento de insegurança e de crise. No longo prazo, as consequências são imprevisíveis, pois, abrindo mão de ter um projeto próprio, articulado por um Estado nacional fone e legítimo, nossa sociedade é levada a aprofundar dramaticamente sua antiga vocação para a dependência econômica externa e a desigualdade social interna.

Além disso, o modelo atual condena o Brasil a funcionar muito abaixo do seu potencial. Temos fartura de terras férteis, mas deixamos que o latifúndio improdutivo tome conta delas. Temos uma população jovem, desejosa de trabalho, mas mantemos desempregado um brasileiro em cada grupo de cinco. Temos o maior parque industrial do Terceiro Mundo, mas está parada uma máquina em cada grupo de quatro. Temos um Estado que criou instituições importantes e empresas modernas, agora sucateadas ou vendidas a preço de banana para pagar juros aos banqueiros. Temos o maior estoque genético do planeta e as maiores reservas de água doce, nosso território recebe sol o ano inteiro, mas quase não investimos em pesquisas científicas que poderiam nos levar a aproveitar melhor tudo isso. "Nunca foi tão grande a distância entre o que somos e o que poderíamos ser", disse recentemente Celso Furtado.

O Brasil está vivendo uma crise profunda, que tem a ver com auto-estima, valores, identidade diante de si e do mundo. O que, afinal, queremos ser? — eis a questão. Uma sociedade organizada, com direitos e deveres, ou uma multidão de pessoas atiradas a uma situação de "salve-se quem puder"? Uma nação soberana, capaz de definir seu destino, ou uma terra de ninguém, de cabeça baixa, sem rumo próprio? Nossa vida e a vida dos nossos filhos devem ter um horizonte amplo, seguro e aberto, ou devem ser marcadas pela incerteza e a insegurança crescentes? Seremos solidários uns com os outros, ou seremos os lobos de nós mesmos?

Numa palavra, o Brasil tem sentido?

Nós dizemos que sim. Para recuperar *esse* sentido perdido, o projeto popular é necessário. Pois, se os ricos brasileiros podem comprar o bilhete de entrada para a farra da "globalização", nosso povo não pode. Não tem dinheiro aplicado no mercado financeiro ou nas bolsas de valores pelo mundo afora, não é sócio nem representante de grandes empresas, não ganha comissões nas negociatas, não fala inglês, não manda seus filhos estudarem lá fora.

O presente e o futuro do nosso povo depende do que acontece aqui. Por isso, é o povo — e não as elites — que vai reinventar o sentido do Brasil e expressar isso na forma de um projeto. O povo precisa que o sentimento de comunidade prevaleça, que as instituições públicas se fortaleçam, que a cidadania funcione e que a economia brasileira se desenvolva, multiplicando produção, empregos e oportunidades. Portador de necessidades simples, ele não

precisa dessa "modernização" que se baseia na difusão, para poucos, de altos padrões de consumo, ao preço da desagregação social. Sem expectativas de enriquecimento rápido e desmedido, pode dispensar a atração do capital financeiro internacional, especulativo e vagabundo, que não serve para plantar um pé de alface ou produzir um alfinete, mas fascina nossas elites.

Mais ainda: o povo brasileiro — que se esforça, que se vira, que cultiva o chão, que constrói, que conserta, que busca trabalho país afora, que reaprende todos os dias a sobreviver, que insiste em estudar — o povo é quem conhece bem o Brasil. Tem consciência da força, do potencial e da viabilidade do país. É no povo que estão nossas reservas humanas mais importantes — de disposição para o trabalho e para enfrentar dificuldades, de solidariedade, de potencial criador, de autenticidade, de valores e de alegria.

2. Esse projeto é viável?

Muito bem, o projeto popular é necessário, pois só o povo pode tirar o Brasil da crise. *Mas, esse projeto é viável?*

A resposta também é sim. Nos últimos anos, temos sido bombardeados com mensagens negativas de nós mesmos. É fácil descobrir por quê. Quem quer desconstruir uma nação precisa, antes de tudo, quebrar sua auto-estima, sua confiança em si mesma. A destruição da escola pública e o controle dos meios de comunicação de massas pelas elites desempenham nisso um papel decisivo. Em vez de cultura, vulgaridade; em vez de interação humana, isolamento; em vez de estímulo à iniciativa, passividade; em vez de esperança, cinismo; em vez de cidadania, consumo; em vez de responsabilidade, esperteza. Em vez de "Pixinguinha", "É o Tchan"; em vez de "Machado de Assis", "auto-ajuda". Em vez de valorizar as pessoas, invejar as mercadorias.

Na política, pedem que nos orgulhemos de uma democracia sem cidadania, sem participação, impotente para alterar injustiças flagrantes; os marqueteiros e o poder econômico ganham eleições, enquanto os políticos se dedicam a governar a si próprios. Na economia, pedem que comemoemos a segunda década perdida, o crescimento zero em 1999, um desemprego de 20%, um "ajuste fiscal" construído com o corte dos salários e dos serviços essenciais, uma enxurrada de capital estrangeiro que vem aqui para ganhar juros de agiota ou comprar um país barato.

E o Brasil que nos mostram. O Brasil verdadeiro, no entanto, continua cheio de potencialidades. Tem uma população jovem, com presença marcante de pessoas habituadas à produção moderna. Técnicos, em todas as profissões, em bom número. Grande mercado interno ainda inexplorado. Um parque industrial articulado e quase completo. Agricultura capaz de responder com rapidez a estímulos adequados. Vasto espaço geográfico, recheado de terra fértil e de recursos. Instituições científicas de boa tradição. Imensa capacidade de criação cultural. Posição de liderança no continente em que está.

Inviável é o modelo das elites, não o Brasil.

3. Princípios organizadores de um projeto popular para o Brasil

As dúvidas continuam. *Quais seriam os princípios organizadores de um projeto popular para o Brasil?*

Nenhum projeto nacional pode-se construir aqui, com autenticidade, tendo como base ambições expansionistas (pois, quanto ao território, o que desejamos é apenas a preservação das nossas fronteiras), sectarismos religiosos (pois o nosso catolicismo majoritário não tem caráter exclusivista e militante) ou ideias de superioridade de qualquer tipo, muito menos racial (pois nossa afirmação só pode basear-se no elogio da mistura). Não somos divididos internamente por ódios, nem somos hostis a nenhum outro povo. Haverá quem estranhe a menção a características que nos parecem tão naturais. Mas, basta olhar para o que ocorreu no mundo no século XX, e tem ocorrido ainda hoje, para que valorizemos a inviabilidade, entre nós, dessas formas degradantes de elaboração de identidades. A identidade dos brasileiros não pode ter como base uma vocação imperial, o preconceito, a segregação, a religião, a raça. Ela só pode ser construída no terreno da cultura. Vejamos por quê.

Ao longo da nossa história, realizamos uma grande façanha: apesar de moldado por contribuições de quase todos os povos da Terra — sem esquecer o elemento indígena que já estava aqui há milhares de anos —, o conjunto humano brasileiro é essencialmente uno. Depois de vários séculos de sofrida história comum, marcada muitas vezes pela dominação mais cruel, nenhum grupo pode se definir como "puro", nem como "centro", nem como portador de uma lealdade étnica ou cultural extranacional. Todos foram assimilados e abasileirados. Apesar das enormes limitações ao avanço da prática democrática no nível das instituições formais, nossa história nos legou uma sociedade vocacionada para o belo destino de construir uma cultura de síntese, com fortes raízes, mas aberta a influências, propensa ao pluralismo, à mudança e à modernidade. Aí está a nossa maior força.

Mas a mesma história nos legou também um grande fracasso: *esse* conjunto humano que vem se formando há não muitas gerações, esse povo novo, ainda não se transformou em um povo de cidadãos. Não assumiu o pleno controle de sua própria nação, e por isso não foi capaz de construir uma sociedade que lhe permita desenvolver suas potencialidades. Nascemos como uma colônia, sem autonomia, e permanecemos divididos em senhores e escravos até pouco mais de quatro gerações atrás. Obtidas a Independência e a Abolição da escravidão, a construção do Brasil moderno foi fortemente marcada pela consolidação do território e pela ação modernizadora do Estado, feita de cima para baixo e, por isso, fraca para quebrar as características mais reacionárias daquela matriz ideológica e daquelas relações sociais herdadas do passado colonial e escravista. A depen-

dência externa e a desigualdade interna permaneceram como marcas profundas da nossa sociedade.

A maior força do Brasil é seu povo novo. A maior fraqueza é que *esse* povo ainda não se organizou com autonomia, de modo a controlar seu próprio destino. O projeto popular pretende dar esse passo, abrindo uma fase histórica nova. Para isso, a sociedade brasileira deve assumir consigo mesma cinco compromissos fundamentais.

a) O compromisso com a soberania. Ele representa a nossa determinação de dar continuidade ao processo de construção nacional, rompendo com a dependência externa e dando ao Brasil um grau suficiente de autonomia decisória.

b) O compromisso com a **solidariedade**. Ele diz que a continuidade da construção nacional deve se dar em novas bases, tendo em vista a tarefa de edificar uma nação de cidadãos. A reorganização das instituições e do esforço produtivo da sociedade deve ter como prioridade eliminar a exclusão social e a chocante desigualdade na distribuição da riqueza, da renda, do poder e da cultura.

c) O compromisso com o **desenvolvimento**. Ele expressa a decisão de pôr fim à tirania do capital financeiro e à nossa condição de economia periférica, dizendo que mobilizaremos todos os nossos recursos produtivos e não aceitaremos mais a imposição de políticas que frustrem o nosso potencial.

d) O compromisso com a **sustentabilidade**. Ele estabelece uma aliança com as gerações futuras, pois se refere à necessidade de buscarmos um novo estilo de desenvolvimento, que não se baseie na cópia de modelos socialmente injustos e ecologicamente inviáveis.

e) O compromisso com a **democracia popular**. Ele aponta para a refundação do sistema político brasileiro em novas bases, amplamente participativas, de modo que a sociedade possa efetivamente controlar os centros de decisão e poder.

Esses cinco compromissos são solidários entre si. Formam uma unidade indissolúvel. São o ponto de referência para todas as decisões que tivermos de tomar.

4. Projeto Popular e luta política no Brasil atual

Até aqui, tudo ainda parece muito geral. *De que forma o projeto popular nos ajuda a olhar a luta política no Brasil atual?*

Ajuda muito. Nos próximos anos, a crise brasileira caminhará para uma de três "soluções" possíveis.

A *primeira delas*, que é o projeto de Fernando Henrique Cardoso e do Fundo Monetário Internacional, subordina ainda mais a economia brasileira à economia dos Estados Unidos. Tem sido muito rápida a desnacionalização de empresas brasileiras, privadas e públicas. As corporações estratégicas de base nacional têm sido vendidas e desmembradas, como já ocorreu com a Telebrás, a Eletrobrás, a Companhia Vale do Rio Doce, a Embraer, a siderurgia, a petroquímica e a rede ferroviária. O mesmo está ocorrendo com o setor financeiro e poderá ocorrer com a Petrobrás e o Banco do Brasil. A dívida externa mais do que dobrou. Se *esse*.

modelo for aprofundado, o Brasil vai acabar perdendo o controle sobre sua própria moeda (como já ocorreu com a Argentina e o Equador) e se inserindo na Área de Livre Comércio das Américas (Alca), que colocará o espaço econômico dos países latino-americanos dentro do espaço econômico dos Estados Unidos (como já ocorreu com o México).

A *segunda alternativa* é defendida por aqueles que pedem alterações na política econômica, sob a forma de juros mais baixos, maiores incentivos aos setores produtivos, menor obsessão com a estabilidade monetária e assim por diante. É a parte mais visível da oposição, aquela que conta com maior espaço institucional e maior cobertura da imprensa. Vai do PT a dissidentes do PSDB, da CUT a setores da FIESP. Essa oposição não pensa seriamente em reverter as "reformas" já feitas pelo modelo neoliberal — nem mesmo as privatizações vergonhosas —, mas propõe correções de rota, para diminuir a instabilidade econômica e a tensão sociais, muito agravadas.

Nos últimos vinte anos diversas políticas econômicas foram experimentadas no Brasil. Passados alguns momentos eventuais, de esperanças falsas, a crise se repõe, sempre mais profunda, desenhando, no tempo, uma trajetória de degradação. Hoje, estamos em pior situação do que estávamos há cinco anos, há dez, há quinze... Alguma coisa, que nunca foi mudada, mantém o país nessa rota. O que será? E o sistema de poder.

Terceira Alternativa. Por isso, os defensores do projeto popular não pedem apenas alterações na política econômica. Querem alterar o sistema de poder que comanda o Brasil. Que isso quer dizer?

Detêm o poder aqueles grupos que controlam recursos e instituições decisivas na organização da vida social, fazendo com que a sociedade funcione de forma subordinada aos seus interesses. Alterar o sistema de poder é transferir *esses* recursos e instituições a outros grupos sociais, o que, em nossa proposta popular, significa democratizá-los. A pergunta, então, passa a ser: o que precisaria ser rapidamente democratizado no Brasil, para dar início a uma reorganização da sociedade, de forma a retirá-la da situação de crise? A nosso ver, quatro coisas:

a) Devemos democratizar a terra, que é o principal recurso natural do país. É espantoso o grau de concentração: menos de 1% dos proprietários (que têm latifúndios de mais de mil hectares) controlam 44% da terra agricultável do país, enquanto 53% (que têm propriedades de menos de dez hectares) controlam menos de 3%. Não estão computados aqui os trabalhadores rurais sem nenhuma terra, que se contam aos milhões. Bancos, empreiteiras e grandes grupos industriais, todos sem vocação agrícola, têm mais de 13 milhões de hectares. Essa alta concentração resulta em um baixo uso da terra: na média brasileira, estão ocupados com lavouras apenas 14% das áreas agricultáveis. Democratizar a terra é torná-la fonte de emprego, alimentos e renda. E é também democratizar o poder, pois nas áreas rurais quem tem a terra tem o poder.

Devemos democratizar a riqueza, especialmente, num primeiro momento, aquela que está sob a forma financeira, pois ela controla a alocação de recursos e comanda a principal força produtiva da sociedade, o trabalho. Também aqui, o nível de concentração é absurdo e crescente. Em 1997, apenas dez bancos detinham 72% dos ativos financeiros e 76% dos depósitos totais do país, e os bancos estrangeiros haviam aumentado sua participação total no sistema de 14% para 35% (hoje, ela se aproxima de 45%). No entanto, *esse* sistema poderoso e

moderno não mobiliza recursos para o investimento produtivo, especialmente o de longo prazo, nem apóia pequenas e médias empresas. Os bancos acomodaram-se à condição de parasitas do desequilíbrio financeiro do setor público e constituíram uma janela de vulnerabilidade externa da economia brasileira, dadas as suas ligações com um sistema internacional desregulamentado, descontrolado e dominado por atividades especulativas. A poupança financeira no Brasil é estimada em R\$ 350 bilhões. Para democratizar a riqueza, será preciso aumentar a oferta de financiamento aos investimentos produtivos prioritários e ampliar dramaticamente o acesso ao crédito. E, para defender a economia nacional, será preciso controlar toda movimentação de riqueza financeira líquida. Ambas as necessidades exigem que o Estado nacional assuma o controle desse sistema.

c) Devemos democratizar a informação, que, em nossa sociedade, determina a formação de opiniões e valores, desempenhando assim um papel central na organização social e política. Em nível nacional, apenas seis grupos recebem quase 90% do faturamento dos meios de comunicação de massa. Na maior parte do Brasil, a situação mais comum é a de monopólios regionais que associam em uma mesma família, ou grupo, a propriedade de praticamente toda a comunicação de massas, o controle da política local e os cargos de representação federal. A possibilidade de manipulação é total. Além disso, organizados como empresas capitalistas privadas, os meios de comunicação têm clientes, aos quais vendem um produto. Os clientes são outras empresas capitalistas desejosas de anunciar, e o produto vendido é a audiência. A concorrência que assim se estabelece nivela a programação por baixo, empobrecendo notoriamente o conteúdo das mensagens transmitidas. A submissão da mídia à lógica das mercadorias faz com que a informação, a política para libertar o potencial criador, restabelecer autenticidade na comunicação, garantir o pluralismo e difundir valores positivos para a sociedade, a rede de rádios e televisões deve ser reorganizada na forma de um espaço público, sob controle da sociedade.

d) Devemos democratizar a cultura, elemento decisivo na construção da cidadania. Cerca de 18% dos brasileiros com mais de quinze anos são analfabetos. Se, a eles, somarmos os chamados "analfabetos funcionais" — ou seja, pessoas que escrevem o próprio nome, soletram palavras, mas não conseguem escrever uma carta ou ler um pequeno artigo — chegaremos a uma percentagem assustadora, talvez superior a 50%. O maior patrimônio de um país é seu próprio povo, e o maior patrimônio de um povo é sua cultura, que lhe permite expressar conceitos e sentimentos, explorar as potencialidades de sua língua, formular ideias mais ricas, reconhecer sua identidade, exigir direitos, aumentar sua capacidade de organização, escolher melhor suas lideranças, libertar-se da miséria, comunicar-se melhor consigo mesmo e com outros povos, aprender novas técnicas, ter acesso ao que de melhor a humanidade produziu e produz na ciência e na arte. O projeto popular não economizará esforços para eliminar a incultura. Transformará a disseminação do aprendizado em prioridade nacional, revitalizará a escola pública, devolverá dignidade ao ofício de ensinar, revalorizará nossas raízes e incrementará um processo intensivo de aprendizagem e difusão, para que os avanços mundiais da ciência e da técnica sejam assimilados, reprocessados internamente e integrados em um acervo nacional de conhecimentos e práticas.

5. Uma nova esperança

O Brasil não sairá de sua prolongada crise sem alterar o atual sistema de poder, que repousa no controle, por minorias descompromissadas com o povo e a nação, desses recursos e instrumentos que determinam nossa forma de organização social. Simples mudanças na política econômica, como propõem os partidos da oposição parlamentar, não conseguirão reverter a rota de degradação em que estamos imersos, na qual preponderam os elementos estruturais.

Muitos acham que nenhuma mudança profunda ocorrerá, pois a desesperança e a falta de projeto já se espalharam por todo o país. Estão enganados. Este é o maior sintoma de que a mudança se aproxima. A dominação das elites só é forte quando elas conseguem dar esperanças as pessoas e organizar o projeto da sociedade. Quando elas falham, quando estão em crise, quando já não podem mais continuar dominando, as esperanças e os projetos se frustram, dando lugar, num primeiro momento, a uma crise geral de desesperança. Essa crise, *esse* vazio, essa perda são condição necessária para que uma nova esperança possa nascer, um novo projeto possa vingar.

Nenhuma pessoa, nenhuma família, nenhum grupo, nenhuma sociedade podem viver muito tempo sem ter esperança e projeto, que fazem parte da nossa condição humana, necessariamente aberta ao futuro. Se a elite não pode oferecer mais nada disso, sejamos nós os semeadores. A colheita virá.

Rio de Janeiro, dezembro de 1999

6. Para o aprofundamento da discussão atual sobre um projeto popular para o Brasil é importante ler também:

1. BENJAMIN, César e outros. *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.
2. FURTADO, Celso. *O capitalismo global* 2ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 1998.
3. GUERREIROS, Carlos Frederico Manes e outros (orgs) *O novo projeto histórico das maiorias*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1999.
4. RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
5. SADER, Emir. *Que Brasil é este? Dilemas nacionais no século XXI*. São Paulo: Atual, 1999.
6. SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. *Entre a Nação e a barbárie. Dilemas do capitalismo dependente*. Petrópolis: Vozes, 1999.

Segunda Parte

Roseli Salate Caldart

A escola do campo em movimento

A escola do campo em movimento

Roseli Salete Caldart¹

Introdução

O objetivo deste texto é dar continuidade à reflexão e ao debate sobre a Educação Básica do Campo, e em especial sobre as escolas do campo e como se inserem na dinâmica das lutas pela implementação de um projeto popular de desenvolvimento do campo, e de país.

Para isto precisamos ter presente e reafirmar três idéias-força que nos acompanham desde a Conferência Nacional de julho de 1998, e que também têm sido desdobradas em outros textos desta Coleção. As ideias são as seguintes:

a) O campo no Brasil está em movimento. Há tensões, lutas sociais, organizações e movimentos de trabalhadores e trabalhadoras da terra que estão mudando o jeito da sociedade olhar para o campo e seus sujeitos.

b) A Educação Básica do Campo está sendo produzida neste movimento, nesta dinâmica social, que é também um movimento sociocultural de humanização das pessoas que deie participam.

c) Existe uma nova prática de Escola que está sendo gestada neste movimento. Nossa sensibiidade de educadores já nos permitiu perceber que existe algo diferente e que pode ser uma alternativa em nosso horizonte de trabalhador da educação, de ser humano. Precisamos aprender a potencializar os elementos presentes nas diversas experiências, e transformá-los em um *movimento consciente de construção das escolas do campo* como escolas que ajudem neste processo mais amplo de humanização, e de reafirmação dos povos do campo como sujeitos de seu próprio destino, de sua própria história.

Estas idéias estão na base da reflexão deste texto, que pretende contribuir especialmente no desdobramento da terceira, através das seguintes questões: que escola está sendo produzida pelo movimento social do campo em nosso país? qual o lugar da escola na dinâmica de organizações e movimentos que participam da luta por um novo projeto de desenvolvimento do campo?

¹ Do Setor de Educação do MST e da Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo.

Trata-se de perguntas que certamente exigem um esforço de pesquisa e de reflexão bem mais profundo e abrangente do que será possível fazer neste texto. São na verdade um dos desafios de nossa Articulação Por Uma Educação Básica do Campo. O que vamos fazer aqui é tentar refletir sobre estas questões desde uma experiência particular, que é a do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, um dos sujeitos sociais que vêm pondo o campo em movimento, através da sua luta incansável para que se realize a Reforma Agrária no Brasil. Embora limitada, pensamos que a experiência da relação que historicamente o MST estabeleceu com a escola, pode trazer alguns elementos importantes para este diálogo, que continua.

O método de elaboração do texto é o seguinte: primeiro, vamos situar a relação do MST com a escola, e socializar algumas de suas reflexões pedagógicas. Depois, a idéia é compartilhar com os leitores e as leitoras algumas lições da experiência educacional do MST. Para facilitar o diálogo, enunciaremos cada lição já tentando abstrai-la para a discussão mais geral das escolas do campo, mas descrevendo-a com as práticas e reflexões que conhecemos no MST especificamente. Trata-se de uma síntese certamente incompleta e provisória, que a leitura de outras experiências terá que aprofundar e completar.

1. O MST e a escola²

1.1. Memória

Quase ao mesmo tempo que começaram a lutar pela terra, os sem-terra do MST também começaram a lutar por escolas e, sobretudo, para cultivar em si mesmos o valor do estudo e do próprio direito de lutar pelo seu acesso a ele. No começo não havia muita relação de uma luta com a outra mas aos poucos a luta pelo direito à escola passou a fazer parte da organização social de massas de luta pela Reforma Agrária, em que se transformou o Movimento dos sem terra.

Olhando hoje para a história do MST é possível afirmar que em sua trajetória o Movimento acabou fazendo uma verdadeira *ocupação da escola*, e isto em pelo menos três sentidos:

a) As famílias sem-terra *mobilizaram-se* (e mobilizam-se) *pelo direito à escola* e pela possibilidade de uma escola que fizesse diferença ou tivesse realmente sentido em sua vida presente e futura (preocupação com os filhos). As primeiras a se mobilizar, lá no início da década de 80, foram as mães e professoras, depois os pais e algumas lideranças do Movimento; aos poucos as crianças vão tomando também lugar, e algumas vezes à frente, nas ações necessárias para garantir sua própria escola, seja nos assentamentos já conquistados, seja ainda nos acampamentos. Assim nasceu o trabalho com educação escolar no MST.

² Uma descrição e análise mais detalhada da trajetória histórica da relação do MST com a escola pode ser encontrada em CALDART, Roseli Saete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Vozes, 2000.

b) O MST, como organização social de massas, decidiu, pressionado pela mobilização das famílias e das professoras, tomar para si ou assumir a tarefa de *organizar e articular por dentro de sua organicidade esta mobilização, produzir uma proposta pedagógica específica* para as escolas conquistadas, e *formar educadoras e educadores* capazes de trabalhar nesta perspectiva. A criação de um Setor de Educação dentro do MST formaliza o momento em que esta tarefa foi intencionalmente assumida. Isto aconteceu em 1987. E a partir de sua atuação o próprio conceito de escola aos poucos vai sendo ampliado, tanto em abrangência como em significados. Começamos lutando pelas escolas de 1^a a 4^a série. Hoje a luta e a reflexão pedagógica do MST se estende da educação infantil à Universidade, passando pelo desafio fundamental de alfabetização dos jovens e adultos de acampamentos e assentamentos, e combinando processos de escolarização e de formação da militância e da base social Sem Terra³.

c) Podemos afirmar hoje que o MST *incorporou a escola em sua dinâmica*, e isto em dois sentidos combinados: a escola passou a fazer parte do cotidiano e das preocupações das famílias Sem Terra, com maior ou menor intensidade, com significados diversos dependendo da própria trajetória de cada grupo mas, inegavelmente, já consolidada como sua marca cultural: acampamento e assentamento dos sem terra do MST *têm que ter* escola e, de preferência, que não seja *uma escola qualquer*, e a escola passou a ser vista como uma questão também política, quer dizer, como parte da estratégia de luta pela Reforma Agrária, vinculada às preocupações gerais do Movimento com a formação de seus sujeitos.

No começo os sem-terra acreditavam que se organizar para lutar por escola era apenas mais uma de suas lutas por direitos sociais; direitos de que estavam sendo excluídos pela sua própria condição de trabalhador *sem (a) terra*. Logo foram percebendo que se tratava de algo mais complexo. Primeiro porque havia (como há até hoje) muitas outras famílias trabalhadoras do campo e da cidade que também não tinham acesso a este direito. Segundo, e igualmente grave, se deram conta de que somente teriam lugar na escola se buscassem transformá-la. Foram descobrindo, aos poucos, que as escolas tradicionais não têm lugar para sujeitos como os sem - terra, assim como não costumam ter lugar para outros sujeitos do campo, ou porque sua estrutura formal não permite o seu ingresso, ou porque sua pedagogia desrespeita ou desconhece sua realidade, seus saberes, sua forma de aprender e de ensinar. Um exemplo simples pode deixar esta situação bem clara. No Rio Grande do Sul temos aprovada desde novembro de 1996 a chamada *Escola Itinerante dos Acampamentos*, com um tipo de estrutura e proposta pedagógica criada especialmente para acolher as crianças e os adolescentes do povo Sem Terra em movimento⁴. Temos agora, mas foi preciso uma luta de 17 anos (isto mesmo!) para conseguir o que seria o mais 'normal', porque justo, e que até já se tornou um direito constitucional: é a escola que deve ajustar-se, em sua forma e conteúdo, aos sujeitos que dela necessitam; é a escola que deve ir ao encontro dos educandos, e não o contrário.

³ Sem Terra, com letras maiúsculas e sem hífen indica o nome próprio dos sem-terra do MST, que assim se denominaram quando criaram seu Movimento.

Foi percebendo esta realidade que o MST começou a incluir em sua agenda a discussão de uma proposta diferente de escola; uma escola pela qual efetivamente vale à pena lutar, porque capaz de ajudar no processo maior de luta das famílias sem terra, e do conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo.

No início a pergunta central parecia ser a seguinte: que escola, ou que modelo pedagógico combina com o jeito dos sem terra e pode ajudar o MST a atingir seus objetivos? O processo, as práticas e discussões vêm nos mostrando, no entanto, que esta não é a verdadeira questão. Fomos aos poucos descobrindo que não existe um modelo ou um tipo de escola que seja próprio para um grupo ou outro, ou que seja revolucionário em si mesmo. Trata-se de alterar a postura dos educadores e o jeito de ser da escola como um todo; trata-se de cultivar uma disposição e uma sensibilidade pedagógica de *entrar em movimento*, abrir-se ao movimento social e ao movimento da história, porque é isto que permite a uma escola acolher sujeitos como os sem terra, crianças como as Sem Terrinha⁵. E, ao acolhê-los, eles aos poucos a vão transformando e ela a eles. Um *mexe com o outro*, num movimento pedagógico que mistura identidades, sonhos, pedagogias... E isto só pode fazer muito bem a todos, inclusive aos educadores e às educadoras que assumem esta postura. E também à escola, que ao se fechar e burocratizar em uma estrutura e em um jeito de ser, costuma levar os educadores a esquecer, ou a ignorar, que seu trabalho é, afinal, com seres humanos, que merecem respeito, cuidado, todos eles.

Nesta trajetória de tentar construir uma escola diferente, o que era (e continua sendo) um direito, passou a ser também um dever. Se queremos novas relações de produção no campo, se queremos um país mais justo e com mais dignidade para todos, então também precisamos nos preocupar em transformar instituições históricas como a escola em lugares que ajudem a formar os sujeitos destas transformações. Foi assim que se começou a dizer no MST que se a *Reforma Agrária é uma luta de todos, a luta pela educação de todos também é uma luta do MST...*

⁴Uma descrição desta experiência de escola e de como foi conquistada pode ser encontrada em: Escola Itinerante em Acampamentos do MST. *Coleção Fazendo Escola 1*, São Paulo: MST, 1998.

⁵Sem Terrinha é uma expressão que identifica as crianças vinculadas ao MST. O nome surgiu por iniciativa das crianças que participaram do Primeiro Encontro Estadual das Crianças Sem Terra de São Paulo em 1997. Elas começaram a se chamar assim durante o Encontro e o nome acabou *pegando*, espalhando-se rápido pelo país inteiro. Esta informação está em Ramos, Márcia. *Sem Terrinha, semente de esperança*. Veranópolis: Escola Josué de Castro, 1999. Monografia de Conclusão do Curso Magistério. No anexo I deste nosso texto, uma carta escrita pelos Sem Terrinha do Rio Grande do Sul, explicando a identidade que compreendem assumir com este nome.

1.2. Reflexões pedagógicas

No processo de ocupação da escola o MST foi produzindo algumas reflexões que dizem respeito à concepção de escola e ao jeito de fazer educação numa escola inserida na dinâmica de um movimento social. Fez isto em diálogo especialmente com o movimento pedagógico da Educação Popular, e aprendendo também com as diversas experiências de escolas alternativas do campo e da cidade. Estas reflexões costumam ser socializadas com os educadores e as educadoras através dos materiais produzidos pelo MST como subsídio ao trabalho nas escolas dos assentamentos e acampamentos.

A seguir reproduzimos a síntese elaborada para a primeira parte do Caderno de Educação n.º 9, *Como fazemos a Escola de Educação Fundamental*, que foi editado pelo MST no final de 1999, e que pode ajudar os leitores e as leitoras a melhor compreender a concepção de escola de que partimos para a elaboração das lições desta caminhada⁶.

Dissemos lá:

"O MST tem uma pedagogia. A pedagogia do MST é o jeito através do qual o Movimento historicamente vem formando o sujeito social de nome *Sem Terra*, e que no dia a dia educa as pessoas que dele fazem parte. E o princípio educativo principal desta pedagogia é o próprio *movimento*. Olhar para esta pedagogia, para este movimento pedagógico, nos ajuda a compreender e a fazer avançar nossas experiências de educação e de escola vinculadas ao MST.

Ser *Sem Terra* hoje é bem mais do que ser um trabalhador ou uma trabalhadora que não tem terra, ou mesmo que luta por ela; *Sem Terra é uma identidade historicamente construída*, primeiro como afirmação de uma condição social: *sem-terra*, e aos poucos não mais como uma circunstância de vida a ser superada, mas sim como uma identidade de cultivo: *somos Sem Terra do MST!*

Isto fica ainda mais explícito no nome *crianças Sem Terra* ou *Sem Terrinha*, que não distinguindo filhos e filhas de famílias acampadas ou assentadas, projeta não uma condição mas um sujeito social, um nome próprio a ser herdado e honrado. Esta identidade fica mais forte à medida que se materializa em um *modo de vida*, ou seja, que se constitui como *cultura*, e que projeta transformações no jeito de ser das pessoas e da sociedade, cultivando valores radicalmente humanistas, que se contrapõem aos valores anti-humanos que sustentam a sociedade capitalista atual.

⁶Trata-se de um Caderno que vem sendo gestado desde 1994, amadurecendo a construção coletiva de educadoras e educadores dos assentamentos e acampamentos do MST, e que enfatiza a reflexão sobre *o jeito de ser da escola*, e como este jeito pode educar ou deseducar, humanizar, ou nem tanto.

A relação do MST com a educação é, pois, uma relação de origem: a história do MST é a história de uma grande obra educativa. Se recuperamos a concepção de educação como *formação humana* é sua prática que encontramos no MST desde que foi criado: a transformação dos 'desgarrados da terra e dos 'pobres de tudo' em cidadãos, dispostos a lutar por um lugar digno na história. É também educação o que podemos ver em cada uma das ações que constituem o cotidiano de formação da identidade dos sem-terra do MST.

O Movimento é nossa grande escola, dizem os sem terra. E, de fato, diante de uma ocupação de terra, de um acampamento, de um assentamento, de uma marcha, de uma escola conquistada pelo Movimento, é cada vez mais pertinente perguntar: como cada uma destas ações educa as pessoas? como forma um determinado jeito de *ser humano*? que aprendizados pessoais e coletivos entram em jogo em cada uma delas?

A herança que o MST deixará para seus descendentes será bem mais do que a terra que conseguir libertar do latifúndio; será *um jeito de ser humano* e de tomar posição diante das questões de seu tempo; serão os *valores* que fortalecem e dão identidade aos lutadores do povo, de todos os tempos, todos os lugares. E enquanto produto humano de uma obra educativa que os Sem Terra podem ser vistos como mais um elo que se forma em uma longa tradição de lutadores sociais que fazem a história da humanidade. Enraizamento no passado e projeto de futuro.

A educação dos sem-terra do MST começa com o seu *enraizamento* em uma coletividade, que não nega o seu passado mas projeta um futuro que eles mesmos poderão ajudar a construir. Saber que não está mais *solta no mundo* é a primeira condição da pessoa se abrir para esta nova experiência de vida. Não é este o sentimento que diminui o medo numa ocupação, ou faz enfrentar a fome num acampamento? Por isso para nós o coletivo não é um detalhe, é a raiz de nossa pedagogia.

É, pois, do processo de formação dos sem terra que podemos extrair as *matrizes pedagógicas básicas* para construir uma escola preocupada com a formação humana e com o movimento da história. Mas é bom ter presente que a pedagogia que forma novos sujeitos sociais, e que educa seres humanos não cabe numa escola. Ela é muito maior e envolve a vida como um todo. Certos processos educativos que sustentam a identidade sem terra jamais poderão ser realizados dentro de uma escola. Mas o MST também vem demonstrando em sua trajetória, que a escola pode fazer parte de seu movimento pedagógico, e que precisa dela para dar conta de seus desafios como sujeito educativo.

A grande tarefa de educadoras e educadores sem terra que querem ajudar a construir escolas do MST, é se assumirem como sujeitos de uma reflexão permanente sobre as práticas do MST, extraindo delas as lições de pedagogia que permitem fazer (e transformar) em cada escola, e do seu jeito, o movimento pedagógico que está no processo de formação da identidade dos sujeitos sem terra, como está também na formação dos sujeitos humanos, de modo geral.

1.3. Pedagogias em Movimento

Pedagogia quer dizer o jeito de conduzir a formação de um ser humano. E quando falamos em *matrizes pedagógicas* estamos identificando algumas práticas ou vivências fundamentais neste processo de *humanização* das pessoas, que também chamamos de

educação.

No processo de humanização dos sem-terra, e da construção da identidade *sem terra*, o MST vem produzindo um jeito de fazer educação que pode ser chamado de *Pedagogia do Movimento*. E do Movimento por ter o sem terra como sujeito educativo e ter o MST como sujeito da intencionalidade pedagógica sobre esta tarefa de fazer educação. E é também do Movimento porque se desafia a perceber o movimento do Movimento, a transformar-se transformando.

Isto não quer dizer que o MST tenha inventado uma nova pedagogia, mas ao tentar produzir uma educação do jeito do Movimento, os sem terra acabaram criando um novo jeito de lidar com as matrizes pedagógicas ou com as *pedagogias* já construídas ao longo da história da humanidade. Em vez de assumir ou se 'filiar' a uma delas, o MST tenta pôr todas elas *em movimento*, e deixa que a própria situação educativa específica se encarregue de mostrar quais precisam ser mais enfatizadas, num momento ou outro.

Vamos aqui tratar brevemente sobre algumas delas, de modo que possam estimular nossa reflexão sobre como se relacionam com o processo de construção de nossa Escola.

a) Pedagogia da luta social

Ela brota do aprendizado de que o que educa os sem terra é o próprio *movimento da luta*, em suas contradições, enfrentamentos, conquistas e derrotas. A pedagogia da luta educa para uma postura diante da vida que é fundamental para a identidade de um lutador do povo: *nada é impossível de mudar* e quanto mais *inconformada* com o atual estado de coisas mais humana é a pessoa. O normal, saudável, é estar em movimento, não parado. Os processos de transformação são os que fazem a história.

A luta social educa para a capacidade de pressionar as circunstâncias para que fiquem diferentes do que são. É a experiência de que quem conquista algo com luta não precisa ficar a vida toda agradecendo favor. Que em vez -de anunciar a desordem provocada pela exclusão, como a ordem estabelecida, e educar para a domesticação, é possível subverter a desordem e reinventar a ordem, a partir de valores verdadeira e radicalmente humanistas, que tenham a vida como um bem muito mais importante do que qualquer propriedade.

Numa Escola do MST, além de garantirmos que a experiência de luta dos educandos e de suas famílias seja incluída como conteúdo de estudo, precisamos nos desafiar a pensar em práticas que ajudem a educar ou a fortalecer em nossas crianças, adolescentes e jovens, a postura humana e os valores aprendidos na luta: o inconformismo, a sensibilidade, a indignação diante das injustiças, a contestação social, a criatividade diante das situações difíceis, a esperança...

b) Pedagogia da organização coletiva

Ela brota da raiz que nasce de uma coletividade que descobre um passado comum e se sente artífice do mesmo futuro. O sem-terra é um desenraizado que começa a criar raízes no tempo de acampamento, com a vivência da organização e a percepção da necessidade do movimento. Raízes que o tornam membro de uma grande família, de se sentir irmão ou irmã, de descobrir em si, como sujeito coletivo, a

convicção de dizer com orgulho: somos sem terra, somos do MST.

No MST esta pedagogia tem também a dimensão de *uma pedagogia da cooperação*, que brota das diferentes formas de cooperação desenvolvidas nos assentamentos e acampamentos, a partir dos princípios e objetivos da nossa luta pela Reforma Agrária e por um novo jeito de fazer o desenvolvimento do campo. É o desafio permanente de quebrar, pelas novas relações de trabalho, pelo jeito de dividir as tarefas e pensar no bem-estar do conjunto das famílias, e não de cada uma por si, a cultura individualista em que estamos mergulhados.

Uma escola que se organiza do jeito do MST, educa principalmente através das novas relações sociais que produz e reproduz, problematizando e propondo valores, alterando comportamentos, desconstruindo e construindo concepções, costumes, ideias. Desta maneira ela ajuda a enraizar a identidade sem terra, e forma um determinado jeito de ser humano. E quando a escola funciona como uma cooperativa de aprendizagem, onde o coletivo assume a corresponsabilidade de educar o coletivo, torna-se um espaço de aprendizagem não apenas de formas de cooperação, mas principalmente de uma visão de mundo, ou de uma cultura, onde o 'natural' seja pensar no bem de todos e não apenas de si mesmo.

c) Pedagogia da terra

Ela brota da mistura do ser humano com a terra: ela é mãe, e se somos filhos e filhas da terra, nós também *somos terra*⁷. Por isto precisamos aprender a sabedoria de trabalhar a terra, cuidar da vida: a vida da Terra (Gaia), nossa grande mãe; a nossa vida. A terra é ao mesmo tempo o lugar de morar, de trabalhar, de produzir, de viver, de morrer e cultuar os mortos, especialmente os que a regaram com o seu sangue para que ela retornasse aos que nela se reconhecem.

O trabalho na terra, que acompanha o dia a dia do processo que faz de uma semente uma planta e da planta um alimento, ensina de um jeito muito próprio que as coisas não nascem prontas mas sim que precisam ser cultivadas; são as mãos do camponês, da camponesa, as que podem lavar a terra para que chegue a produzir o pão. Este também é um jeito de compreender que *o mundo está para ser feito* e que a realidade pode ser transformada, desde que se esteja aberto para que ela mesma diga a seus sujeitos como fazer isto, assim como a terra vai mostrando ao lavrador como precisa ser trabalhada para ser produtiva.

Nossa Escola pode ajudar a perceber a historicidade do cultivo da terra e da sociedade, o manuseio cuidadoso da terra — natureza — para garantir mais vida, a educação ambiental, o aprendizado da paciência de semear e colher no tempo certo, o exercício da persistência diante dos entraves das intempéries e dos que se julgam senhores do tempo. Mas não fará isso apenas com discurso; terá que se desafiar a envolver os educandos e as educadoras em atividades di-retamente ligadas à terra.

⁷A expressão é de Leonardo Boff, em seu livro *Saber cuidar*. Vozes, 1999.

d) Pedagogia do trabalho e da produção

Ela brota do valor fundamental do trabalho que gera a produção do que é necessário para garantir a qualidade de vida social e identifica o Sem Terra com a classe trabalhadora. As pessoas se humanizam ou se desumanizam, se educam ou se deseducam, através do trabalho e das relações sociais que estabelecem entre si no processo de produção material de sua existência. E talvez a dimensão da vida que mais profundamente marca o jeito de ser de cada pessoa. No MST, os sem terra se educam tentando construir um novo sentido para o trabalho do campo, novas relações de produção e de apropriação dos resultados do trabalho, o que já começa no acampamento, e continua depois em cada assentamento que vai sendo conquistado.

Pelo trabalho o educando produz conhecimento, cria habilidades e forma sua consciência. Em si mesmo o trabalho tem uma potencialidade pedagógica, e a escola pode torná-lo mais plenamente educativo, à medida que ajude as pessoas a perceber o seu vínculo com as demais dimensões da vida humana: sua cultura, seus valores, suas posições políticas... Por isto a nossa escola precisa se vincular ao mundo do trabalho e se desafiar a educar também para o trabalho e pelo trabalho.

e) Pedagogia da cultura

Ela brota do *modo de vida* produzido e cultivado pelo Movimento, do jeito de ser e de viver dos sem terra, do jeito de produzir e reproduzir a vida, da mística, dos símbolos, dos gestos, da religiosidade, da arte... É a necessidade da ação, com força e radicalidade distinta, que exige uma permanente reflexão que se encarna em nova ação coletiva, rompendo com a lógica tanto do ativismo, como de projetos sem ação.

A pedagogia da cultura tem como uma de suas dimensões fortes a *pedagogia do gesto*, que é também *pedagogia do símbolo* e *pedagogia do exemplo*. O ser humano se educa mexendo, manuseando as ferramentas que a humanidade produziu ao longo dos anos. Elas são portadoras da memória objetivada (as coisas falam, têm história). É a cultura material que *simboliza* a vida. O ser humano também se educa com as relações, com o diálogo que é mais do que troca de palavras. Ele aprende com o *exemplo*, aprende fazer e aprende a ser, olhando como os outros fazem e o jeito como os outros são. E os educandos olham especialmente para as educadoras, são sua referência como modo de vida. Numa escola do MST é importante resgatar os símbolos, as ferramentas de trabalho e de luta, a mística do Movimento. E fazer do tempo de escola um tempo onde os educandos possam refletir muito sobre as várias dimensões da sua vida, de sua família, e também da grande família chamada sem terra. A escola fará isto não apenas através de conversa, mas principalmente através de práticas, e de exemplos que permitam aos educandos olharem para si e para os outros. E as educadoras estarão junto com os educandos neste fazer, alimentando a capacidade de analisar as falhas e propor formas de superar os limites.

f) Pedagogia da escolha

Ela brota dos múltiplos gestos e múltiplas escolhas que as educadoras e os educandos, que o MST, que os seres humanos precisam fazer a cada dia. Somos um ser de escolhas permanentes e delas depende o rumo de nossa vida e do processo histórico em que estamos

inseridos. E as escolhas nem são apenas individuais nem podem ser apenas de um coletivo. Cada escolha é feita pela pessoa, movida por *valores* que são uma construção coletiva. Ser sem terra é uma escolha pessoal, pressionada por uma condição social objetiva e movida por valores que fazem esta pessoa não se conformar com a sua situação de miséria. E estar num movimento como o MST é estar permanentemente sendo chamado a confirmar as escolhas já feitas e a fazer novas escolhas. Um assentado pode escolher não ser mais do MST, por exemplo.

Dizemos que há uma pedagogia da escolha à medida que reconhecemos que as pessoas se educam, se humanizam mais, quando exercitam a possibilidade de fazer escolhas e de refletir sobre elas. Ao ter que assumir a responsabilidade pelas próprias decisões as pessoas aprendem a dominar impulsos, influências, e aprendem também que a coerência entre os valores que se defende com palavras e os valores que efetivamente se vive, é um desafio sempre em construção.

A nossa escola pode ser de uma forma em que todos os seus sujeitos sejam estimulados ao exercício da escolha, nas pequenas e nas grandes coisas, de modo que assim aprendam a cultivar valores e a refletir sobre eles, o tempo todo.

g) Pedagogia da história

Ela brota do cultivo da memória e da compreensão do sentido da história e da percepção de ser parte dela, não apenas como resgate de significados, mas como algo a ser cultivado e produzido. A memória coletiva é fundamental para a construção de uma identidade.

Cultivar a memória é mais do que conhecer friamente o próprio passado. Por isto talvez exista no MST uma relação tão próxima entre memória e mística. Através da mística do Movimento os Sem Terra *celebram* a sua própria memória, de modo a torná-la uma experiência mais do que racional, porque entranhada em todo o seu ser humano. Fazer uma ação simbólica *em memória* de um companheiro que tenha tombado na luta, ou de uma ocupação que tenha dado início ao Movimento em algum lugar, é educar-se para *sentir* o passado como seu, e portanto como uma referência necessária às escolhas que tiver que fazer em sua vida, em sua luta; é também dar-se conta de que a memória é uma experiência coletiva: ninguém ou nada é lembrado em si mesmo, descolado das relações sociais, interpessoais...

Uma escola que pretenda cultivar a pedagogia da história será aquela que deixe de ver a história apenas como uma disciplina e passe a trabalhá-la como uma dimensão importante de todo o processo educativo. Será sua tarefa o resgate permanente da memória do MST, da luta dos pequenos agricultores, e da luta coletiva dos trabalhadores em nosso país e no mundo; também a tarefa de ajudar os Sem Terrinha a perceber nesta memória as suas raízes, e a se descobrir como sujeitos da história. Mas, um detalhe importante: não tem como desenvolver esta pedagogia, sem conhecer e compreender a história e seu movimento.

h) Pedagogia da alternância

Ela brota do desejo de não cortar raízes. É uma das pedagogias produzidas em experiências de escola do campo em que o MST se inspirou⁸. Busca integrar a escola com a família e a comunidade do educando. No nosso caso, ela permite uma troca de conhecimentos e o fortalecimento dos laços familiares e do vínculo dos educandos com o assentamento ou acampamento, o MST e a terra.

Podemos pensar a escola atuando em regime de alternância ou pedagogia da alternância. Para isso podemos olhar e ou fazer a escola com dois momentos distintos e complementares:

a) O **tempo escola**, onde os educandos têm aulas teóricas e práticas, participam de inúmeros aprendizados, se auto-organizam para realizar tarefas que garantam o funcionamento da escola, avaliam o processo e participam do planejamento das atividades, vivenciam e aprofundam valores,...

b) O **tempo comunidade** que é o momento onde os educandos realizam atividades de pesquisa da sua realidade, de registro desta experiência, de práticas que permitem a troca de conhecimento, nos vários aspectos. Este tempo precisa ser assumido e acompanhado pela comunidade Sem Terra.

1.4. A Escola do MST

A Escola do MST é uma Escola *do Campo*, vinculada a um *movimento de luta social* pela Reforma Agrária no Brasil. Ela é uma escola pública, com participação da comunidade na sua gestão e orientada pela Pedagogia do Movimento, que como vimos, é na verdade o movimento de diversas pedagogias.

A Escola do MST é aquela que se faz lugar do movimento destas pedagogias, desenvolvendo atividades pedagógicas que levem em conta o conjunto das dimensões da formação humana. É uma escola que humaniza quem dela faz parte. E só fará isto se tiver o ser humano como centro, como sujeito de direitos, como ser em construção, respeitando as suas temporalidades. A nossa tarefa é formar seres humanos que têm consciência de seus direitos humanos, de sua dignidade. Não podemos tratar os educandos como mercadorias a serem vendidas no mercado de trabalho. Isto é desumanizar, a eles e a nós todos.

Para realizar a tarefa educativa de humanização é preciso perceber e levar em conta os ciclos da natureza e, de forma especial, os ciclos da vida humana com os quais estamos convivendo e queremos ajudar a formar. Os educandos da nossa Escola são crianças, adolescentes e ou jovens (com sua temporalidade própria), são do campo (com saberes próprios) e são do MST (herdeiros da identidade sem terra em formação).

⁸Esta pedagogia vem sendo trabalhada há 30 anos no Brasil pelas Escolas-Família Agrícola (EFA's).

Queremos que os educandos possam ser mais gente e não apenas sabedores de conteúdos ou meros dominadores de competências e habilidades técnicas. Eles precisam aprender a falar, a ler, a calcular, confrontar, dialogar, debater, duvidar, sentir, analisar, relacionar, celebrar, saber articular o pensamento próprio, o sentimento próprio,... e fazer tudo isto sintonizados com o projeto histórico do MST, que é um projeto de sociedade e de humanidade. Por isto em nossa Escola é vital que as educadoras cultivem em si e ajudem a cultivar nos educandos a sensibilidade humana, os valores humanos.

E preciso também que a escola aceite sair de si mesma, reconhecendo e valorizando as práticas educativas que acontecem fora dela. *Os princípios pedagógicos que sistematizamos no Caderno de Educação n° 8⁹. já apontam para isto. Seria bom retomar sua leitura e refletir especialmente sobre os vínculos que dão mais sentido ao que acontece dentro da escola...*"

Assim está posto neste Caderno de Educação do MST. Assim o reafirmamos para o diálogo com as questões da Educação Básica do Campo.

2. Lições da caminhada

Dos 16 anos, completados pelo MST neste ano 2000, de experiências e de reflexões de um processo educativo que inclui a escola como uma de suas ocupações e preocupações, políticas e pedagógicas, podemos extrair algumas lições que, segundo nos parece, contribuem no diálogo sobre as escolas e a educação básica do campo. São elas:

a) A escola não move o campo mas o campo não se move sem a escola.

E o que discutimos bastante na Conferência Nacional de 98: não podemos cair na falácia de que o debate sobre a educação básica do campo substitui, ou é mais importante, do que o debate sobre Reforma Agrária, sobre política agrária e agrícola, sobre relações de produção no campo... Não há escolas do campo num campo sem perspectivas, com o povo sem horizontes e buscando sair dele. Por outro lado, também não há como implementar um projeto popular de desenvolvimento do campo sem um projeto de educação, e sem expandir radicalmente a escolarização para todos os povos do campo. E a escola pode ser um agente muito importante de formação da consciência das pessoas para a própria necessidade de sua mobilização e organização para lutar por um projeto deste tipo.

E também o que nosso mestre da Educação Popular, Paulo Freire, nos disse em suas reflexões sobre a *pedagogia do oprimido*: a escola não transforma a realidade mas pode ajudar a formar os sujeitos capazes de fazer a transformação, da sociedade, do mundo, de si mesmos... Se não conseguirmos envolver a escola no movimento de transformação do campo, ele certamente será incompleto, porque indicará que muitas pessoas ficaram fora dele.

⁹Caderno de Educação n.º 8: *Princípios da educação no MST*, 1ª edição em julho de 1996.

No MST o aprendizado mais difícil e demorado, e ainda em processo, se refere mais à segunda parte da afirmação do que à primeira. Para um sem-terra que está vivendo em um barraco de lona, passando fome e tendo a vida ameaçada pela repressão, não é difícil perceber que uma escola, por melhor que sejam os propósitos de seus educadores, jamais será capaz de libertá-lo da opressão do latifúndio. Além disso, quando os primeiros sem-terra conversavam entre si sobre como decidiram entrar na luta, era muito raro encontrar alguém que mencionasse a escola como tendo alguma participação nos aprendizados que levaram a esta decisão. Ao contrário, a maioria tem uma péssima recordação da escola, até mesmo por ter sido excluída ou expulsa dela.

Talvez tenha sido por isso que no começo do MST, muitos sem-terra resistiram à idéia de lutar por escolas. Foram convencidos pela pressão da presença de tantas crianças que estavam ameaçadas de ficar sem o acesso à escola e isto parecia, afinal, mais um desrespeito a eles, que já se chamavam de Sem Terra, e começavam a se enxergar como sujeitos de direitos. Não foi exatamente pela consciência disseminada de que o estudo e a escola eram importantes para o avanço da luta, que os sem-terra começaram a se mobilizar para conquistá-la. Este foi um desdobramento da pedagogia de sua história.

O processo da luta pela terra é que aos poucos foi mostrando que uma coisa tem a ver com a outra. Especialmente quando começaram a se multiplicar os desafios dos assentamentos, ficou mais fácil de perceber que a escola poderia ajudar nisso, desde que ela fosse diferente daquela de triste lembrança para muitas famílias. Hoje já parece mais claro que *uma escola não move um assentamento, mas um assentamento também não se move sem a escola*, porque ele somente se move, no sentido de que vai sendo construído como um lugar de novas relações sociais, de uma vida mais digna, se todas as suas partes ou dimensões se moverem junto. E a escola, à medida que se ocupa e ocupa grande parte do tempo de vida especialmente da infância sem terra, se não se move junto, é de fato um freio no processo mais amplo. Sem ela não se constrói uma das bases culturais decisivas às mudanças sociais pretendidas pelo MST.

b) Quem faz a escola do campo são os povos do campo, organizados e em movimento.

Se a escola do campo é *aquela que trabalha desde os interesses, a política, a cultura e a economia dos diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo* (Texto base CN, Coleção Por uma EBC n.º 1), ela somente será construída deste jeito, se os povos do campo¹⁰, em sua identidade e diversidade, assumirem este desafio. Não sozinhos, mas também não sem sua própria luta e organização.

¹⁰*Povos do Campo* é o nome afirmado pela Conferência Nacional de 1998 para dar conta das diferenças históricas e culturais dos grupos sociais que vivem no e do campo.

No MST este tem sido um aprendizado muito importante. Da mesma forma que a luta pela terra precisa ser feita e conduzida pelos próprios sem-terra, o processo de construção de uma escola que se misture com esta luta precisa ser obra dos mesmos sujeitos. Nos assentamentos e acampamentos esta é uma realidade facilmente constatável: enquanto as famílias Sem Terra não agarram a escola como um assunto que lhes diz respeito tanto quanto as definições sobre a produção ou a continuidade da luta pela Reforma Agrária, não se vê uma escola do jeito do Movimento, mesmo que ali estejam educadores com propósitos pedagógicos libertadores. O grande desafio pedagógico é exatamente pressionar para que a escola seja assumida pelos sujeitos que a conquistaram. Em alguns lugares isto inclui os educadores, as educadoras.

Mas é também um aprendizado da caminhada do MST: os Sem Terra não fazem sozinhos a sua escola. Assim como não fazem avançar sozinhos a luta pela Reforma Agrária. A leitura pedagógica das práticas sociais do MST, ou a constituição do Movimento como sujeito pedagógico, somente é possível no diálogo com outros sujeitos da praxis educativa. A própria compreensão de que as escolas do MST são escolas do campo, é fruto da abertura dos Sem Terra à sociedade. Estamos nos referindo aqui a uma identidade que se produz *em perspectiva*, ou seja, na relação com outros sujeitos sociais e com o movimento da história. O isolamento político, cultural, pedagógico, não constrói o projeto maior de que aqui se trata. Neste sentido, é a sociedade como um todo que tem o dever de construir tanto escolas do campo como escolas da cidade,¹¹ quer dizer, escolas inseridas na dinâmica da vida social de quem dela faz parte, e ocupadas pelos sujeitos ativos deste movimento.

Uma escola do campo não é, afinal, um tipo diferente de escola, mas sim é a escola reconhecendo e ajudando a fortalecer os povos do campo como sujeitos? sociais, que também podem ajudar no processo de humanização do conjunto da sociedade, com suas lutas, sua história, seu trabalho, seus saberes, sua cultura, seu jeito. Também pelos desafios da sua relação com o conjunto da sociedade. Se é assim, ajudar a construir escolas do campo é, fundamentalmente, ajudar a constituir os povos do campo como sujeitos, organizados e em movimento. Porque *não há escolas do campo sem a formação dos sujeitos sociais do campo*, que assumem e lutam por esta identidade e por um projeto de futuro.

Somente as escolas construídas política e pedagogicamente pelos sujeitos do campo, conseguem ter *o jeito do campo*, e incorporar neste jeito as formas de organização e de trabalho dos povos do campo.

c) As lutas sociais dos povos do campo estão produzindo a cultura do direito à escola no campo

¹¹ Por que não uma reflexão específica sobre as *escolas da cidade*? A visão exclusivamente urbana da escola talvez esteja trazendo um prejuízo pedagógico para a própria escola da cidade, que não vem tendo potencializada a identidade específica de seus sujeitos: o que significa, em uma perspectiva popular, fazer uma escola inserida na dinâmica social de uma cidade? Este seria o sentido da chamada *escola cidadã*?

Um dos entraves ao avanço da luta popular pela educação básica do campo é cultural: as populações do campo incorporam em si uma visão que é um verdadeiro círculo vicioso: sair do campo para continuar a ter escola, e ter escola para poder sair do campo. Ou seja, uma situação social de exclusão, que é um dos desdobramentos perversos da opção de (sub)desenvolvimento do país feita pelas elites brasileiras, acaba se tornando uma espécie de bloqueio cultural que impede o seu enfrentamento efetivo por quem de direito. As pessoas passam a acreditar que para ficar no campo não precisam mesmo de 'muitas letras'.

Romper com este e outros bloqueios culturais de mesma natureza, tem sido um grande desafio nas lutas pela implementação de um projeto popular de desenvolvimento do campo e de país, bem como precisa ser deste nosso movimento por uma educação básica do campo. E esta é uma realidade que somente será transformada no processo mesmo de construção de novas relações sociais de produção, e da cultura material que lhes corresponde.

São os desafios do campo em movimento que multiplicam as lutas sociais por educação. Por sua vez são estas lutas que vão ajudando a tornar consciente este direito e, aos poucos, vão transformando este direito também em um dever (dever de lutar pelo direito), que então se consolida em modo de vida, visão de mundo: escolas *no do* campo não precisam ser algo inusitado, mas sim podem passar a ser um componente *natural da* vida no campo. A escola vista como uma das dimensões do processo de formação das pessoas, nem mais nem menos, nem algo que se tenha que abandonar todo o resto para conseguir. Sair do campo para estudar, ou estudar para sair do campo não é uma realidade inevitável, assim como não são imutáveis as características marcadamente alheias à cultura do campo das poucas escolas que o povo tem conseguido manter nele.

Esta é sem dúvida uma das grandes lições da caminhada dos Sem Terra. No começo o bloqueio ou a resistência cultural de que estamos falando estava em muitas famílias. Talvez mesmo na maioria delas. Estava naquelas que pensavam que a luta por escola era secundária, porque de pouca utilidade ela seria para os desafios do acampamento ou do assentamento. Mas estava também nas famílias que lideraram a luta por escola, enxergando nela não um valor para sua condição atual de lutador e de trabalhador do campo, mas uma alternativa para os filhos saírem do campo, não tendo que cumprir a mesma sina de miséria e de sofrimento de seus pais.

Hoje, cada nova escola que se conquista num assentamento, ou antes mesmo, num acampamento, cada jovem e adulto sem-terra que se alfabetiza, cada curso de formação que se cria para formar os trabalhadores e as trabalhadoras da terra e do Movimento, ajudam a constituir a identidade do sujeito sem terra. Podem não conseguir alterar significativamente as estatísticas da educação no campo (a cada escola que se abre no campo mais de uma se fecha no processo de exclusão social galopante), mas certamente são um sinal importante deste processo cultural, de humanização, que passa a incluir a escola como uma das dimensões da vida social das comunidades do campo.

d) Sem estudo não vamos a lugar algum

Escrita numa grande faixa que recebeu os sem terra participantes do encontro nacional do MST de 1987, em Piracicaba, São Paulo, numa época em que apenas começava a germinar o trabalho de educação no Movimento, esta frase antecipa o que logo depois seria

colocado como um dos seus princípios organizativos: *estimular e dedicar-se aos estudos de todos os aspectos que dizem respeito as nossas atividades no Movimento. Quem não sabe, é como quem não vê. E quem não sabe, não pode dirigir.* (Documento do MST de 1989.)

Este princípio, por sua vez, antecipa outra grande lição da caminhada dos Sem Terra: não há como avançar em uma luta social complexa como é no Brasil a luta pela Reforma Agrária, sem que seus sujeitos diretos se dediquem à própria formação, sem que se disponham a aprender e a conhecer em profundidade e com rigor a realidade do país que gera os sem-terra, e faz da questão agrária uma das questões estruturalmente responsáveis pelos índices alarmantes de desigualdade social no país.

O estudo, entendido basicamente como este processo de interpretação da realidade para poder transformá-la, é um componente importante na constituição e no fortalecimento dos sujeitos sociais, sejam eles do campo ou da cidade. Neste sentido, o acesso a lugares onde se possa desenvolver a cultura do estudo é um direito que o movimento da luta transforma também em dever: Sem Terra que honre este nome tem o dever de estudar, dizem os princípios do MST.

A escola atual nem sempre se constitui como um lugar de estudo, e também não é necessário estar em uma escola para estudar. Mas a escola pode ser um lugar em que se cultive o hábito, a disciplina e o jeito de estudar, especialmente nas novas gerações. Mas somente fará isto se houver uma intencionalidade dos sujeitos que a ocupam em fazê-la desta forma.

E possível extrair daí, então, outra lição: quando o movimento da luta for capaz de combinar a cultura do direito à escola com a cultura do dever de estudar, e estudo neste sentido mais amplo de que aqui se trata, os sujeitos que vão sendo formados neste Movimento passam a discutir algo mais do que ter ou não ter escola; passam a discutir também sobre que escola querem ou precisam. Os sem terra costumam dizer isto do seu jeito: *queremos que nossos filhos aprendam na escola algumas coisas que nós tivemos que aprender fora dela, e muito mais tarde. Uma destas coisas é sobre quais são os nossos direitos e que precisamos nos organizar e lutar por eles.* É verdade que os Sem Terrinha de hoje podem aprender lições de organização e de luta nas próprias vivências cotidianas junto com suas famílias no Movimento; mas também é verdade que a escola pode ajudar a refletir sobre estas vivências, tornando-as um aprendizado consciente, acrescentando a elas outras experiências, e também saberes importantes produzidos na história da humanidade.

e) Quanto mais amplos são os objetivos de uma organização maior é a valorização da escola pelos seus sujeitos

Esta é uma lição que podemos apreender da trajetória do MST, e do lugar que a luta por escola vem ocupando em cada um dos momentos de sua história.

Desde a sua criação em 1984 o MST definiu como objetivos a luta pela terra, pela Reforma Agrária, e por transformações na sociedade, Mas foi o processo da luta pela terra, a luta corporativa que organiza os sem-terra para participar do MST, que aos poucos conseguiu transformar estes objetivos em bandeiras de luta concretas para o conjunto das famílias que integram o Movimento. A realidade brasileira, combinada com a intencionalidade pedagógica do MST, vem formando os sem terra com uma postura menos corporativista e com um horizonte de luta social cada vez mais amplo. Primeiro porque a sociedade passou a enxergar

a luta pela Reforma Agrária como sendo de interesse do conjunto da Nação e não apenas dos sem-terra; segundo porque a intensidade e violência dos obstáculos para o avanço desta luta facilita a compreensão de que ela é mais complexa do que pareceu num primeiro momento, exigindo uma análise e uma atuação mais global dos seus sujeitos.

Isto passa a exigir um outro olhar do Movimento sobre si mesmo e sobre as pessoas que precisa preparar para enfrentar os novos desafios: seja o desafio de qualificar a luta pela terra em uma conjuntura de maior repressão, ou de viabilizar a produção num assentamento, lutando contra a tendência de marginalização da agricultura, seja o desafio de mobilizar-se contra políticas económicas recessivas e entreguistas dos governos.

Se para um sem-terra do final da década de 70 parecia difícil compreender que ajuda a escola poderia dar no seu objetivo de conquistar um pedaço de chão, para os sem terra que estão entrando nos anos 2000 a importância da escola já parece quase uma obviedade, ainda que não massivamente disseminada em toda a base social do MST.

Mas ao mesmo tempo que passam a valorizar mais a escola, e a lutar com mais consciência pelo direito a ela, os Sem Terra se distanciam daquela outra visão, igualmente ingênua, de que a escola é ou pode ser o centro do processo educativo demandado pelos desafios desta realidade complexa. Quanto mais largo o horizonte para o qual olhamos, mais conseguimos enxergar a dimensão e o tempo da luta que nos aguarda. Desta forma, quando nos damos conta de que estamos trabalhando no meio de uma história sem saber o fim, fica mais fácil de perceber a importância de uma formação que considere a pessoa como um todo, e ao longo de uma vida inteira. Valorizar a escola como uma dimensão importante desta formação mais demorada, é uma decorrência mais ou menos natural deste processo, pelo menos numa sociedade que incorporou com tanta força a escola em sua cultura, seu modo de vida.

No MST esta é uma realidade que se percebe também na diversidade do nível de consciência que existe entre os membros da grande família Sem Terra. De modo geral, quanto mais conscientes do tamanho da luta que têm pela frente, e menos presos ao objetivo imediato de resolver o seu problema individual de não ter terra, mais os sem terra valorizam e se dispõem a ocupar e a ocupar-se da escola, seja a de seus filhos, seja a sua própria.

f) A escola ajuda a formar lutadores do povo quando trabalha com dois elementos básicos: raiz e projeto

Lutadores do povo são pessoas que estão em permanente movimento pela transformação *do atual estado de coisas*. São movidos pelo sentimento de dignidade, de indignação contra as injustiças, e de solidariedade com as causas do povo. Não estão preocupados apenas em resolver os seus problemas, conquistar os seus direitos, mas sim em ajudar a construir uma sociedade mais justa, mais humana, onde os direitos de todos sejam respeitados e onde se cultive o princípio de que *nada é impossível de mudar*. Por isso se engajam em lutas sociais coletivas e se tornam sujeitos da história. Nossa sociedade está carente de lutadores do povo. Ajudar a formá-los também é um desafio das escolas do campo.

Lutadores do povo se formam nas lutas sociais que têm raiz e projeto, e que enraízam as pessoas, devolvendo-lhes perspectivas de futuro. Os 16 anos de MST já nos permitem dizer que a luta social dos Sem Terra pode ser compreendida também como um processo pedagógico de enraizamento humano.

O enraizamento, nos ensina Simone Weil,¹² é uma das necessidades do ser humano. E ter raiz, nos diz ela, é participar real e ativamente de uma coletividade que conserva vivos certos *tesouros do passado* e certos *pressentimentos do futuro*. Enraizado é o sujeito que tem laços que permitem olhar tanto para trás como para frente. Ter projeto, por sua vez é ir transformando estes pressentimentos de futuro em um horizonte pelo qual se trabalha, se luta. Não há, pois, como ter projeto sem ter raízes, porque são as raízes que nos permitem enxergar o horizonte.

O *enraizamento projetivo* é, pois, um dos processos fundamentais de formação dos lutadores do povo, assim como talvez o seja de qualquer ser humano. A escola não é capaz de enraizar as pessoas porque não tem em si mesma a força pedagógica material necessária para isso. Mas a escola, dependendo das opções pedagógicas que faça, pode ajudar a enraizar ou a desenraizar; pode ajudar a cultivar utopias ou um presenteísmo de morte.

Toda vez que uma escola desconhece e ou desrespeita a história de seus alunos, toda vez que se desvincula da realidade dos que deveriam ser seus sujeitos, não os reconhecendo como tal, ela escolhe ajudar a desenraizar e a fixar seus educandos num presente sem laços. E se isto acontecer com um grupo social desenraizado ou com raízes muito frágeis, isto quer dizer que estas pessoas estarão perdendo mais uma de suas chances (e quem garante que não a última?) de serem despertadas para a própria necessidade de voltar a ter raiz, a ter projeto. Do ponto de vista do ser humano isto é muito grave, é violentamente desumanizador.

Algumas práticas de educação no MST nos apontam pelo menos três tarefas importantes que a escola pode assumir na perspectiva de cultivar e fortalecer os processos de enraizamento humano:

a) Memória: a escola é um lugar muito próprio para recuperar e trabalhar com os *tesouros do passado*. Celebrar, construir e transmitir, especialmente às novas gerações, a memória coletiva, ao mesmo tempo que buscar conhecer mais profundamente a história da humanidade. É isto que chamamos antes de *pedagogia da história*.

b) Mística: ela é a alma dos lutadores do povo; o sentimento materializado em símbolos que ajudam as pessoas a manter a utopia coletiva. No MST a mística é uma das dimensões básicas do processo educativo dos Sem Terra. A escola pode ajudar a cultivar a mística, os símbolos e o sentimento de fazer parte desta luta. Não fará isso se não conseguir compreender o desafio pedagógico que tem, diante da afirmação de uma criança de acampamento ou assentamento que diz: sou Sem Terrinha, sou filha da luta pela terra e do MST!

¹²Em texto intitulado *O desenraizamento*, escrito em 1943, e que pode ser encontrado em BOSI, Ecléa. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

c) Valores: raiz e projeto se constituem de valores; e são os valores que movem uma coletividade; a escola pode criar um ambiente educativo que recupere, forme, fortaleça os valores humanos, aqueles que permitem cada pessoa crescer em dignidade, humanidade. E que problematize, combata e destrua os valores anti-humanos, que degradam o ser humano e impedem a constituição de coletividades verdadeiras e fortes. Mas a escola não fará isto apenas com palavras, e sim com ações, com vivências, com relações humanas, temperadas por um processo permanente de reflexão sobre a prática do coletivo, de cada pessoa.

g) A escola do campo precisa ser ocupada pela pedagogia do movimento que forma os sujeitos sociais do campo

Esta nos parece uma das grandes lições pedagógicas do encontro do MST com a escola: *para fazer uma escola do campo é preciso olhar para as ações ou práticas sociais que são constitutivas dos sujeitos do campo.* E preciso olhar para o movimento social do campo como um sujeito educativo, e aprender dos processos de formação humana que estão produzindo os novos trabalhadores e lutadores dos povos do campo, lições que nos ajudem a pensar um outro tipo de escola para eles, com eles.

No MST a reflexão é a seguinte: O Movimento educa as pessoas que dele fazem parte à medida que as coloca como sujeitos enraizados no movimento da história, e vivendo experiências de formação humana que são próprias do jeito da organização participar da luta de classes, principal forma em que se apresenta o movimento da história. Mesmo que cada pessoa não saiba disso, cada vez que ela toma parte das ações do MST, fazendo sua tarefa específica, pequena ou grande, ela está ajudando a construir a identidade sem terra, a identidade dos lutadores do povo, e está se transformando, se reeducando como ser humano.

Sem considerar as pedagogias ou o movimento pedagógico que forma o sujeito de nome sem terra, e sem buscar vincular-se de alguma maneira a ele, a escola não consegue enraizar-se e nem ajuda a enraizar os sem terra. Além disso, seu projeto pedagógico fica mais pobre, contribuindo menos do que poderia na formação humana.

Este processo tem mão dupla: o movimento social precisa se ocupar da escola e a escola precisa se ocupar do movimento social.

A escola é, de modo geral, uma instituição conservadora e resistente à idéia de movimento e a um vínculo direto com as lutas sociais. O serviço que historicamente tem prestado à manutenção de relações sociais de dominação e exclusão costuma estar encoberto por uma aparência de autonomia e de neutralidade política. Quando defendemos um vínculo explícito da escola com processos pedagógicos de formação de sujeitos que têm propósitos de transformação social, é necessário ter clareza de que sozinha a escola não provocará isto. Ao contrário, é o movimento social que precisa ocupar e ocupar-se da escola, construindo junto com os educadores que ali estão, o seu novo projeto educativo.

Da mesma forma, os educadores e as educadoras comprometidos com ideais pedagógicos humanizadores e libertários, precisam se dispor a ajudar os sujeitos do movimento social a fazer a leitura pedagógica de suas próprias ações para que isto se transforme em matéria-prima para a constituição do ambiente educativo da escola. Não basta dizer ou saber que o movimento educa; é preciso compreender como isto acontece e como pode ser traduzido na cultura escolar. Assim como é necessário que os sujeitos destas ações educativas

reflitam sobre elas e as transformem em aprendizados conscientes e articulados entre si, e que já possam ficar como herança para seus descendentes. Ajudar a fazer isto é tarefa dos trabalhadores e das trabalhadoras da educação, que já foram *mexidos* ou *tocados* pelo Movimento.

Para que este processo se realize é preciso que o movimento social reconheça a escola, e a escola reconheça a si mesma como um lugar de formação humana. Ou seja, nesta reflexão toda não há lugar para uma visão de escola que se restrinja a aulas aprisionadas nas ditas 'grades' curriculares. Até porque, numa escola assim, nunca conseguiremos desenvolver o próprio conceito de estudo projetado pelo movimento social, de que falamos numa lição anterior. Escola é lugar de estudo porque é lugar de formação humana e não o contrário. Se isto está claro, passamos a ter outras referências para planejar nossas aulas, orientar pesquisas, produzir conhecimento.

Olhar a escola como um lugar de formação humana significa dar-se conta de que todos os detalhes que compõem o seu dia a dia, estão vinculados a um projeto de ser humano, estão ajudando a humanizar ou a desumanizar as pessoas. Quando os educadores se assumem como trabalhadores do humano, formadores de sujeitos, muito mais do que apenas professores de conteúdos de alguma disciplina, compreendem a importância de discutir sobre suas opções pedagógicas e sobre que ser humano estão ajudando a produzir e a cultivar. Da mesma forma que as famílias passam a compreender porque não podem deixar de participar da escola, e de tomar decisões sobre seu funcionamento.

Trata-se de enxergar a educação, afinal, como uma relação entre sujeitos. A escola reconhece seus educandos e suas famílias como sujeitos. O movimento social e seus sujeitos igualmente reconhecem os educadores como sujeitos. E todos se vêem como sujeitos de um movimento maior que é o movimento da história, exatamente o que pressiona a cada um para que assumam esta condição de sujeito. Nesta concepção está também a idéia de que são os seres humanos, as pessoas que fazem as transformações sociais, ainda que sempre condicionadas pelo formato material das relações sociais em que se inserem, e que não determinam pessoalmente.

Queremos, e estamos aprendendo que é possível, que a escola do campo se vincule a este movimento pedagógico que não começa nem termina nela mesma, e que, como disse o professor Miguel Arroyo em seu texto, (Coleção Por Uma Educação Básica do Campo nº 2) *tenha como suas questões as grandes questões humanas do homem (ser humano) do campo: terra, luta, justiça, participação, cooperação, saúde, ...* Se é assim, a escola passa a ter um sentido político, cultural, pedagógico bem mais amplo do que pode ter se fica isolada em si mesma. E então vale ainda mais à pena lutar por ela.

h) As relações sociais são a base do ambiente educativo de uma escola. São elas que põem em movimento as pedagogias

Se a escola é lugar de formação humana, significa que ela não é apenas lugar de conhecimentos formais e de natureza intelectual. A escola é lugar de tratar das diversas dimensões do ser humano, de modo processual e combinado. Mas como a escola pode fazer isso? Como se forma um ser humano?

Temos que trazer de novo aqui as lições de pedagogia do Movimento. Se prestamos atenção aos processos sociais que formam os sujeitos sociais, as pessoas, percebemos que é a

vivência cotidiana de *novas relações sociais e interpessoais* a que consegue começar a mudar a cabeça e o coração das pessoas, recuperando certos valores, certas posturas e virtudes que já tinham perdido ou nem conheciam. É neste sentido que no MST se diz, por exemplo, que o acampamento é uma grande escola de vida. E o peso formador destas relações será tanto maior se delas depender a própria sobrevivência das pessoas. Isto quer dizer tanto as relações entre companheiros diante de uma ação mais forte da luta, como as relações que se constroem no trabalho, ou no jeito de fazer a produção do campo dar certo.

As relações que as pessoas estabelecem entre si mediadas pelas condições materiais do processo de produção de sua existência social são as que efetivamente pesam na formação das pessoas, — *é o ser social que forma a consciência*, nos disse Marx, — e aquelas que permitem trabalhar suas diversas dimensões ao mesmo tempo. As relações sociais constituem os sujeitos que produzem conhecimentos, mas também sentimentos, valores, comportamentos, habilidades, ações cotidianas e ações extraordinárias...

No MST estamos chamando de *ambiente educativo* o processo intencional de organização e reorganização das relações sociais que constituem o jeito de ser, de funcionar da escola, de modo que este jeito possa ser mais educativo, mais humanizador de seus sujeitos¹³. O ambiente educativo nasce desta leitura do movimento pedagógico que acontece fora da escola, nas práticas sociais, nas lutas sociais, e que precisa ser retrabalhado dentro da escola, de modo que produza e não apenas reproduza aprendizados necessários à formação dos sujeitos que ali estão. Existe um movimento pedagógico que é próprio da escola mas que não se constitui senão vinculado ao movimento pedagógico das relações sociais que acontecem fora dela.

Ter a sensibilidade necessária para compreender este movimento, e o preparo pedagógico suficiente para retrabalhar, resignificar isto no dia a dia da escola, é uma tarefa grandiosa e necessária para educadores e educadoras comprometidos política e pedagogicamente com este projeto, de ser humano, de campo, de país, de mundo.

Construir o ambiente educativo de uma escola é conseguir combinar num mesmo movimento pedagógico as diversas práticas sociais que já sabemos ser educativas, exatamente porque cultivam a vida como um todo: a luta, o trabalho, a organização coletiva, o estudo, as atividades culturais, o cultivo da terra, da memória, dos afetos... Numa escola este movimento se traduz em tempos, espaços, formas de gestão e de funcionamento, métodos de ensino e opções de conteúdos de estudo, processos de avaliação, jeito da relação entre educandos e educadores...

Trata-se de um jeito de pensar e de fazer a escola que se produz da lição **de** que não se pode centrar um projeto educativo em uma só pedagogia ou em um tipo de prática pedagógica apenas, por mais educativa que ela seja. Não há uma prática capaz de concentrar em si mesma, e de uma vez para sempre, todas as potencialidades educativas necessárias à formação humana multidimensional, *omnilateral* na expressão de Marx. É o movimento das práticas e da reflexão sobre elas que constitui o movimento pedagógico que educa os sujeitos. E o desafio de educadores e educadoras é exatamente garantir a coerência deste movimento de práticas em torno de valores e de princípios que sustentem um determinado projeto de ser humano, de sociedade.

¹³No Caderno de Educação n.º 9 do MST, já referido, há um capítulo específico sobre o *ambiente educativo* da escola.

i) Sem um coletivo de educadores não se garante o ambiente educativo.

Nenhum educador tem o direito de atuar individualmente, por sua conta e sob sua responsabilidade. Esta é uma lição expressa pelo grande educador e lutador do povo russo, Anton Makarenko, e com a qual compartilhamos. Exatamente porque ninguém consegue ser um verdadeiro educador sozinho. O processo pedagógico é um processo coletivo e por isto precisa ser conduzido de modo coletivo, enraizando-se e ajudando a enraizar as pessoas em coletividades fortes.

Educadores e educandos, educadoras e educandas, constituem a coletividade da escola, e é esta coletividade a responsável pela construção (permanente) do ambiente educativo. Mas nossa prática nos ensina, que da mesma maneira que precisamos garantir espaços próprios dos educandos, para que desenvolvam mais rapidamente sua capacidade organizativa e seu pensamento autônomo, também é necessário garantir uma organização própria dos educadores, em alguns lugares chamada de coletivo pedagógico da escola, responsável pela direção do processo pedagógico como um todo.

Na realidade do campo há muitas escolas de um professor ou de uma professora só. Esta é, por exemplo, a situação de muitos assentamentos do MST. Mas também já aprendemos que coletivo de educadores não é coletivo apenas de professores. Numa escola há outras pessoas que têm ou podem ter esta tarefa. Na experiência do MST, consideramos como educadores: as professoras e os professores da rede pública, assentados' ou não, acampados ou não, que atuam na escola; os outros funcionários e funcionárias que trabalham na escola; as pessoas voluntárias da comunidade que atuam em algum tipo de atividade pedagógica ligada à escola (monitores de oficinas ou do tempo trabalho, por exemplo); técnicos e técnicas que atuam no assentamento e que também são chamados a contribuir no acompanhamento dos processos produtivos desenvolvidos pela escola... Há também a chamada equipe de educação do assentamento ou do acampamento, geralmente constituída por representantes das famílias Sem Terra, que embora não seja responsável apenas pelas atividades da escola, pode representar um apoio político e pedagógico importante para o grupo interno, ou mesmo participar efetivamente dele quando for muito pequeno.

A tarefa principal do coletivo de educadores é exata-mente garantir o ambiente educativo da escola, envolvendo educandos e também a comunidade em sua construção. Para isto precisa ter tempo, organização e formação pedagógica para fazer a leitura do processo pedagógico da escola (relacionado, como vimos, ao processo pedagógico que acontece fora dela), assumindo o papel de sujeito do ambiente educativo, criando e recriando as estratégias de formação humana e as relações sociais que o constituem. Isto quer dizer avaliar o andamento do conjunto das atividades da escola, acompanhar o processo de aprendizagem/formação de cada educando, autoavaliar sua atuação como educadores, planejar os próximos passos, estudar junto...

O coletivo de educadores é também, pois, o seu espaço de autoformação. Não há como ser sujeito de um processo como este sem uma formação diferenciada e permanente. E preciso aprender a refletir sobre a prática, é preciso continuar estudando, é preciso se desafiar a escrever sobre o processo, teorizá-lo.

Por sua vez, um coletivo de educadores precisa ter alguma forma de acompanhamento externo que ajude a dinamizar o seu processo de formação e a chamar a atenção para aspectos

que a rotina do dia a dia já não deixa enxergar. No MST o Setor de Educação tem a responsabilidade de acompanhar o processo das escolas onde se educam os Sem Terra (ainda que não consiga estar em cada uma delas), propondo atividades de formação que juntem educadores a nível regional, estadual e nacional.

Esta é, aliás, mais uma das lições da caminhada do MST com formação de educadores: é muito importante que os educadores, e especialmente os professores, dada a especificidade de sua rotina diária, garantam seu processo de formação na própria escola, participando do seu coletivo. Mas é igualmente importante que possam de vez em quando sair da escola, e participar de atividades em outros lugares, com outras pessoas. Podem ser atividades gerais do movimento social, mobilizações ou outras ações da luta; e podem ser também encontros ou cursos de formação de educadores, que lhes permitam partilhar experiências, saberes, sentimentos, pedagogias, sonhos¹⁴.

Se é verdade que vemos o mundo de acordo com o chão em que pisamos, então um professor ou uma professora que nunca saia dos limites de sua escola terá uma visão de mundo do tamanho dela, e não terá as condições humanas necessárias para fazer a leitura das ações educativas que acontecem fora, e nem sempre assim tão próximas, da escola.

Pisar em outros territórios, conversar com outras gentes, ouvir outros sotaques, mudar de ambiente, ver outras coisas, produz um 'arejamento' indispensável para a formação de um educador. Isto ajuda a multiplicar suas raízes, ou a enraizá-lo numa coletividade maior, que pode ser a coletividade do movimento social ao qual se vincula, (no caso do MST a coletividade que é hoje a família sem terra de todo o Brasil) ou a coletividade dos trabalhadores e das trabalhadoras em educação, ou a coletividade dos lutadores e das lutadoras do povo, ou todas elas, combinadas e em movimento.

j) Escola do campo em movimento é escola em movimento.

Lições extraídas da caminhada de um movimento social só podem ser lições de movimento. Por isto não há como deixar de destacar esta lição pedagógica mestra: se depois de todo o esforço de pensar e colocar em funcionamento uma escola do campo, com tempos, espaços, estruturas e práticas planejadas por e para serem educativas dos sujeitos do campo, imaginamos que agora está tudo pronto e que podemos relaxar e deixar que as coisas assim permaneçam, ou que andem sozinhas, acabamos de matar o processo pedagógico e destruir nossa escola.

Sem movimento não há ambiente educativo; sem movimento não há escola do campo em movimento. Por isto não se trata de construir modelos de escola ou de pedagogia, mas sim de desencadear processos, movidos por valores e princípios, estes sim referências duradouras para o próprio movimento.

Uma escola em movimento é aquela que vai fazendo e refazendo as ações educativas do seu dia a dia, levando em conta e participando ativamente dos seguintes níveis do movimento pedagógico que a constitui enquanto ambiente educativo:

¹⁴Um momento exemplar nesta perspectiva foi no MST a realização do I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária, I ENERA, em julho de 1997, e que inspirou a própria realização da Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, no ano seguinte. Confira no anexo 2 o texto do Manifesto produzido pelos participantes deste Encontro ao povo brasileiro. Certamente foi um momento muito forte no processo educativo dos educadores do Movimento.

a) **O movimento da realidade, da história:** no nosso caso já dissemos que o campo está em movimento e numa dinâmica acelerada pelas tensões e lutas sociais, que rapidamente modificam e criam demandas para seus sujeitos; a história não pára e as questões humanas dos sujeitos sociais e de cada pessoa não são sempre as mesmas, ou pelo menos não permanecem muito tempo com o mesmo conteúdo. Uma escola que se pretenda parte de um movimento pedagógico mais amplo, precisa fazer o seu movimento interno em sincronia com ele;

b) O movimento das relações sociais **que constituem o ambiente educativo:** existe uma dinâmica própria do ambiente educativo que precisa ser observada, interpretada e intencionalizada pelo coletivo de educadores. Relações sociais em movimento produzem contradições, tensões, conflitos, que precisam ser trabalhados para que os objetivos pedagógicos sejam atingidos. Quando uma escola deixa de ser apenas audiência passiva a aulas sem muito sentido, e a vida se faz presente dentro dela, isto quer dizer que há um conjunto de dimensões se movimentando ao mesmo tempo, e nem sempre em harmonia ou de um jeito educativo. A prática nos diz que numa escola a 'lei da inércia costuma ser muito perigosa porque a deseducação geralmente é mais fácil, especialmente se nosso ideal pedagógico é contestador da ordem e dos valores dominantes. Sem a intencionalidade e o pulso firme dos educadores no processo de construção e reconstrução permanente do ambiente educativo, não teremos a formação humana necessária ao nosso projeto;

c) O movimento da formação **humana**, no coletivo e em cada pessoa: as pessoas não se educam todas do mesmo jeito. Até porque elas somente aprendem aquilo de que sabem ter necessidade de aprender. E não se pode impor a uma pessoa a consciência da necessidade de aprender, embora se possa pressionar as circunstâncias capazes de gerá-la. Um dos grandes desafios do coletivo de educadores é organizar o ambiente educativo de modo que o coletivo seja pressionado a querer se educar, para que então o próprio coletivo seja a pressão positiva, educativa, sobre cada pessoa. Estamos falando de necessidades de aprendizagem diversas: necessidade de estudar e de produzir conhecimento, necessidade de aprender a rever posturas, de se relacionar com as pessoas, de descobrir suas capacidades e virtudes, de criar novas formas de expressão, de produzir mais no trabalho, de ser mais sensível, mais humano... Mas para que este processo seja mesmo educativo para todos, é preciso que os educadores, as educadoras estejam sempre prestando atenção nele, interpretando as reações e os comportamentos de cada educando (e também de si mesmos) e ajustando formas e conteúdos do processo pedagógico em andamento.

3. Seguindo em frente

Estas as lições que conseguimos sistematizar, neste momento, para socializar com as

companheiras e os companheiros interessados em compreender e ajudar no debate e nas práticas de uma educação básica do campo. Que este diálogo possa prosseguir, produzindo e reproduzindo novas e antigas lições de nossa caminhada coletiva, que continua... E se isto ajudar a diminuir, ainda que seja em um único passo, a degradação humana e a injustiça social que assolam nossa sociedade nesta entrada dos anos 2000, o esforço e os sacrifícios de nossas organizações e movimentos já não terão sido em vão. Assim como não será vã a esperança teimosa que alimenta nosso espírito e reconstrói nossa utopia coletiva, a cada dia. Afinal,

"somos e valemos o que seja a nossa causa".

(Dom Pedro Casaldáliga)

Porto Alegre, dezembro de 1999

Anexo I

Carta dos sem terrinha ao MST

Querido MST:

Somos filhos e filhas de uma história de lutas. Somos um pedaço da luta pela terra e do MST. Estamos escrevendo esta carta pra dizer a você que não queremos ser apenas filhos de assentados e acampados. Queremos ser SEM TERRINHA, pra levar adiante a luta do MST.

No nosso país há muita injustiça social. Por isso queremos começar desde já a ajudar todo mundo a se organizar e lutar pelos seus direitos. Queremos que as crianças do campo e da cidade possam viver com dignidade. Não gostamos de ver tanta gente passando fome e sem trabalho pra se sustentar.

Neste Encontro dos Sem Terrinha que estamos comemorando o Dia da Criança e os seus 15 anos, assumimos um compromisso muito sério: seguir o exemplo de lutadores como nossos pais e Che Guevara, replantando esta história por onde passarmos. Prometemos a você:

- a) Ser verdadeiros Sem Terrinha, honrando este nome e a terra que nossas famílias conquistaram.
- b) Ajudar os nossos companheiros que estão nos acampamentos, com doações de alimentos e roupas, incentivando para que continuem firmes na luta.
- c) Estudar, estudar, estudar muito para ajudar na construção de nossas escolas, nossos assentamentos, nosso Brasil.
- d) Ajudar nossas famílias a plantar, a colher, ter uma mesa farta de alimentos produzidos por nós mesmos e sem agro tóxicos.
- e) Embelezar nossos assentamentos e acampamentos, plantando árvores e flores, e mantendo tudo limpo.
- f) Continuar as mobilizações e fazer palestras nas comunidades e escolas de todo o Brasil.
- j) Divulgar o MST e sua história, usando nossos símbolos com grande orgulho.

Ainda não temos 15 anos, mas nos comprometemos a trabalhar para que você, nós, MST, tenha muitos 15 anos de lutas e de conquistas para o povo que acredita em você e é você.

Um forte abraço de todos que participamos
do 3º Encontro Estadual dos sem terrinha
do Rio Grande do Sul

Esteio, RS, 12 de outubro de 1999

Anexo II

Manifesto das educadoras e dos educadores da Reforma Agrária ao povo brasileiro

No Brasil, chegamos a uma encruzilhada histórica. De um lado está o projeto neoliberal, que destrói a Nação e aumenta a exclusão social. De outro lado, há a possibilidade de uma rebeldia organizada e da construção de um novo projeto. Como parte da classe trabalhadora de nosso país, precisamos tomar uma posição. Por essa razão, nos manifestamos.

a) Somos educadoras e educadores de crianças, jovens e adultos de Acampamentos e Assentamentos de todo o Brasil, e colocamos o nosso trabalho a serviço da luta pela Reforma Agrária e das transformações sociais.

b) Manifestamos nossa profunda indignação diante da miséria e das injustiças que estão destruindo nosso país, e compartilhamos do sonho da construção de um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil, um projeto do povo brasileiro.

c) Compreendemos que a educação sozinha não resolve os problemas do povo, mas é um elemento fundamental nos processos de transformação social.

d) Lutamos por justiça social! Na educação isto significa garantir escola pública, gratuita e de qualidade para todos, desde a Educação Infantil até a Universidade.

e) Consideramos que acabar com o analfabetismo, além de um dever do Estado, é uma questão de honra. Por isso nos comprometemos com esse trabalho.

f) Exigimos, como trabalhadoras e trabalhadores da educação, respeito, valorização profissional e condições dignas de trabalho e de formação. Queremos o direito de pensar e de participar das decisões sobre a política educacional.

g) Queremos uma escola que se deixe ocupar pelas questões de nosso tempo, que ajude no fortalecimento das lutas sociais e na solução dos problemas concretos de cada comunidade e do país.

h) Defendemos uma pedagogia que se preocupe com todas as dimensões da pessoa humana e que crie um ambiente educativo baseado na ação e na participação democrática, na dimensão educativa do trabalho, da cultura e da história de nosso povo.

i) Acreditamos numa escola que desperte os sonhos de nossa juventude, que cultive a solidariedade, a esperança, o desejo de aprender e ensinar sempre e de transformar o mundo.

j) Entendemos que para participar da construção desta nova escola, nós, educadoras e educadores, precisamos constituir coletivos pedagógicos com clareza política, competência técnica, valores humanistas e socialistas.

l) Lutamos por escolas públicas em todos os Acampamentos e Assentamentos de Reforma Agrária do país e defendemos que a gestão pedagógica destas escolas tenha a participação da comunidade sem terra e de sua organização.

m) Trabalhamos por uma identidade própria das escolas do meio rural, com um projeto

político-pedagógico que fortaleça novas formas de desenvolvimento no campo, baseadas na justiça social, na cooperação agrícola, no respeito ao meio ambiente e na valorização da cultura camponesa.

n) Renovamos, diante de todos, nosso compromisso político e pedagógico com as causas do povo, em especial com a luta pela Reforma Agrária. Continuaremos mantendo viva a esperança e honrando nossa Pátria, nossos princípios, nosso sonho...

o) Conclamamos todas as pessoas e organizações que têm sonhos e projetos de mudança, para que juntos possamos fazer uma nova educação em nosso país, a educação da nova sociedade que já começamos a construir.

MST

Reforma Agrária: uma luta de todos!

1º Encontro Nacional de Educadoras e
Educadores da Reforma Agrária
Homenagem aos educadores Paulo Freire e
Che Guevara

Brasília, DF, 28 a 31 de julho de 1997

Anexo III

Entidades promotoras

CNBB — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

— Setor Educação

SEI Sul Quadra 801-Conj. B

70401-900- Brasília,-DF

Fopne (61) 313 83 00 Fax (61) 313 83 54

e-mail cnbb@cnbb.org.br

MST — Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Setor Educação

SCS-Qd 06 -Ed. Arnaldo Vilarés - Salas 211/212

70032-000- Brasília-DF

Fones (61) 225 8431/ 322 5035; Fax (61) 225 1026

e-mail: mstdf@zaz.com.br

UnB — Universidade de Brasília

Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária - Decanato

de Extensão Campus Universitário Darcy Ribeiro, Prédio

da Reitoria, 2º Andar

70910-900-Brasília-DF

Fones (61) 307 2604/ 340 6760 - Fax (061) 273 71222

e-mail: gtra@unb.br

UNESCO - Organização das Nações Unidas
para Educação, Ciência e Cultura
SAS Qd 05 - BI. H - Lt 6
Edif. CNPq
70070-914- Brasília - DF
Fone (61) 223 8664 - Fax (61) 322 4261
e-mail: ubbrz@unesco.org.br

UNICEF- Fundo das Nações **Unidas para a Infância**
SEPN 510 - BI. A - Edif. INAR- 1º Andar 70750-5230 - Brasília - DF Fone
(61) 3481975 - Fax (61) 349 0606 e-mail: brasilia@unicef.org.br

Pedidos

Associação Nacional de Cooperação Agrícola - ANCA

Alameda Barão de Limeira, 1232

01202-002-São Paulo-SP

Fone/Fax: (11)3361-3866

Correio eletrônico: anca@cidadanet.org.br